



Universidade Federal do Pampa

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

RAQUEL GIOZA CAMISA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOB A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE
ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DR. DIONÍSIO DE MAGALHÃES/ARROIO
GRANDE – RS**

**Jaguarão
2022**

RAQUEL GIOZA CAMISA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOB A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE
ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DR. DIONÍSIO DE MAGALHÃES/ARROIO
GRANDE – RS**

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha

Linha de Pesquisa 2: Política e Gestão da Educação

**Jaguarão
2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

C183e Camisa, Raquel Gioza

A educação ambiental sob a percepção da comunidade escolar da escola estadual Dr. Dionísio de Magalhães/Arroio Grande - RS / Raquel Gioza Camisa.

89 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2022.

"Orientação: Jefferson Marçal da Rocha".

1. Educação. 2. Sustentabilidade. 3. Escola. 4. Ambiente. I. Título.

RAQUEL GIOZA CAMINHA

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOB A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DR. DIONÍSIO DE MAGALHÃES/ ARROIO GRANDE – RS

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Dissertação defendida e aprovada em: 10/03/2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha
Orientador
(Unipampa)

Profa. Dra. Ana Cristina da Silva Rodrigues
(Unipampa)

Prof. Dr. Vimar Alves Pereira

(UNINI - MX)

—



Assinado eletronicamente por **JEFFERSON MARCAL DA ROCHA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/03/2022, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/03/2022, às 20:02, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Vilmar Alves Pereira, Usuário Externo**, em 06/04/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0763129** e o código CRC **890D9F5C**.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho as sonhadoras como eu, que acreditam numa educação ambiental transformadora e cidadã, onde comunidade e escola estejam integradas agindo de forma democrática, que seus posicionamentos e ações estejam conectados, onde cada agente contribua de modo significativo para uma vida coletiva sustentável.

Por mais difícil que seja essa caminhada não desistir de alcançar seus objetivos e acreditar que é possível continuar mesmo em meio à vontade da desistência. Nosso modo de pensar e agir como educador pode sim modificar, e acreditar nisso, é imprescindível e o começo para termos a educação que queremos, e a educação que nossos alunos precisam para tornarem-se cidadãos comprometidos com um mundo melhor.

Para alcançarmos nossas metas é indispensável acreditarmos nas pessoas e na capacidade que elas possuem em compartilhar conhecimentos.

A cidadania e democracia nunca podem ser esquecidas nas práticas educativas do nosso cotidiano, pois é na escola que ocorre as transformações, nós professores temos o dever de oportunizar aos alunos uma mudança de pensamentos e vidas sendo que tais ações, trazem reflexos em toda comunidade pois o legado da educação ultrapassa a barreira física de uma escola.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, pela saúde, pela presença constante, pela força nos momentos delicados, oportunizando-me condições para seguir em frente guiando meus passos nessa caminhada.

Aos meus pais que estão sempre me apoiando e incentivando a continuar lutando pelos meus sonhos.

Ao meu esposo e filho pela paciência nas ausências durante o mestrado e pelo apoio em cada momento de dificuldade.

Quero expressar minha gratidão, a direção e aos meus colegas da EEEF Dr. Dionísio de Magalhães que tiveram a sensibilidade de entender esta proposta, oportunizando-me colocá-la em prática.

Aos familiares e amigos que torcem e vibram em todas as conquistas e também seguram minha mão nas aflições e dificuldades.

Obrigado ao orientador deste trabalho Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha pelo tempo dedicado, sendo atuante e prestativo, contribuindo significativamente nos encaminhamentos para a conclusão deste trabalho.

Aos colegas de mestrado, aos professores, que muito me auxiliaram nesta minha proposta, enfim, a todos que de uma maneira ou outra, contribuíram, direta ou indiretamente, para a conclusão deste projeto.

É impossível realizarmos qualquer atividade sem o apoio, a atenção e o carinho das pessoas que são, ou se tornam importantes pelo simples fato de cruzarem o nosso caminho e por esse motivo, ficam gravadas em nossa trajetória pessoal e profissional.



“Eu gostaria de ser lembrado como um sujeito
QUE AMOU PROFUNDAMENTE
o mundo e as pessoas, os bichos,
AS ÁRVORES, AS ÁGUAS,

A VIDA.”

Paulo Freire

RESUMO

Este Relatório Crítico-Reflexivo apresenta uma pesquisa-ação intervencionista. O estudo versa sobre a percepção de Educação Ambiental pelos professores e equipe diretiva da E.E. E. F. Dr. Dionísio de Magalhães, Arroio Grande – RS. A proposta desta intervenção parte do princípio de que ao discutir-se a problemática ambiental não podemos deixar de refletir sobre as questões sociais, culturais, econômicas, geográficas e políticas, não se pode fugir das questões sociais ao se tratar da educação ambiental. Buscou-se na leitura de mundo a descrição e a compreensão da problemática a partir da análise documental, do Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico (PPP) e de questionários com meus colegas professores, gestores e funcionários da escola, na perspectiva de uma abordagem qualitativa. O trabalho possibilitou o desenvolvimento de encontros reflexivos para analisar como é o entendimento da equipe docente e gestores sobre Educação Ambiental e auxiliar para que esta temática tenha outra significação na escola. Na proposta de intervenção se aplica o estudo das relações, das opiniões, produtos das interpretações que nós humanos fazemos a respeito da inter-relação homem natureza. Tanto na leitura de mundo como na intervenção verificou-se que os professores conheciam a importância de trabalharem a educação ambiental, mas sem uma formação continuada sobre o assunto, não faziam a relação entre suas disciplinas e a interdisciplinaridade e transversalidade dos temas correlatos. Para a avaliação de intervenção foram utilizados vídeo gravações e observações de respostas via WhatsApp. Os referidos dados foram submetidos ao procedimento de análise textual discursiva. Assim, acredita-se que a partir da intervenção se tenha contribuído para ampliar o modo de pensar e transformar as posturas individuais e coletivas dos professores e gestores para que tenhamos cada vez mais agentes multiplicadores de ações em prol da busca por um ambiente presente e futuro mais sustentável.

Palavras-chave: Educação; Sustentabilidade; Escola; Ambiente.

RESUMEN

Este Informe Crítico-Reflexivo presenta una investigación-acción intervencionista. El estudio trata sobre la percepción de la Educación Ambiental por parte de los docentes y equipo directivo de la E.E. E. F. Dr. Dionísio de Magalhães, Arroio Grande – RS. La propuesta de esta intervención se basa en el principio de que cuando se habla del tema ambiental no se puede dejar de reflexionar sobre temas sociales, culturales, económicos, geográficos y políticos, no se puede escapar de los temas sociales cuando se trata de educación ambiental. En el diagnóstico se buscó en la lectura de mundo la descripción y la comprensión del problema a partir del análisis documental, de Reglamento Escolar y Proyecto Político Pedagógico (PPP) y de entrevistas con mis compañeros docentes, gestores y funcionarios de la escuela, en la perspectiva de un abordaje cualitativo. El trabajo permitió desarrollar encuentros reflexivos para analizar cómo el equipo docente y los gestores entienden la Educación Ambiental y ayudar para que este tema tenga otro significado en la escuela. En la propuesta de intervención se aplica el estudio de las relaciones, opiniones, productos de las interpretaciones que nosotros, los humanos, hacemos a respecto de la interrelación hombre naturaleza. Tanto en la lectura de mundo como en la intervención se constató que los docentes conocían la importancia de trabajar la educación ambiental, pero sin una formación continuada sobre el tema, no hacían la relación entre sus disciplinas y la interdisciplinariedad y transversalidad de las temáticas afines. Para la evaluación de la intervención fueron utilizados video grabaciones y observaciones de respuestas vía WhatsApp. Estos datos fueron sometidos al procedimiento de análisis textual discursivo. Así, se cree que la intervención ha contribuido para ampliar la forma de pensar y transformar las actitudes individuales y colectivas de docentes y gestores para que tengamos cada vez más agentes multiplicadores de acciones a favor de la búsqueda de un ambiente presente y futuro más sostenible.

Palabras clave: Educación; Sustentabilidad; Escuela; Ambiente.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem da entrada da cidade.....	21
Figura 2 – Mapa do Município de Arroio Grande – RS.....	22
Figura 3 – Fotografia da escola.....	26
Figura 4 – Gráfico: Formação acadêmica	30
Figura 5 – Gráfico: Tempo de atuação no magistério	31
Figura 6 – Gráfico: Temas socioambientais trabalhados pelos professores	32
Figura 7 – Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação	37
Figura 8 – Artigos utilizados nas atividades assíncronas	59
Figura 9 – Animações sobre Meio Ambiente	60
Figura 10 – Nuvem de palavras	61
Figura 11 – Questão 1 – Como vejo as questões ligadas à sustentabilidade no âmbito escolar?	62
Figura 12 – Questão 2 – Você trabalha questões ambientais no seu componente curricular? De que forma?	63
Figura 13 – Imagens projetadas para análise do tema pandemia	65
Figura 14 – Professor(a) Remoto(a)	66
Figura 15 – Como me vejo professor(a) em meio à Pandemia?	66
Figura 16 – Slides Formação do Bioma Pampa	67
Figura 17 – Questão 1 – Qual a importância do aluno conhecer sobre o bioma Pampa.....	68
Figura 18 – Questão 2 – Como posso incorporar essa temática no dia a dia da minha ação docente?	69
Figura 19 – Documentários utilizados no encontro	70
Figura 20 – Questão 1 – Quais as principais políticas públicas em EA que conheces?.....	71
Figura 21 – Questão 2 – A partir da COP26, o mundo verá as questões ambientais de forma mais consciente?.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escolas do Município de Arroio Grande – RS por localização	25
Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/ 2019.....	28
Tabela 3 – Ciclos de transformações ambientais do bioma Pampa	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNCC	Base Nacional Curricular
EA	Educação Ambiental
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EnBio	Encontro de Biologia
FacVest	Faculdade Integradas
FAGE	Fundação Arroio-grandense de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
ONGS	Organizações Não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIB	Produto Interno Bruto
PNEA	Política Nacional da Educação Ambiental
PPGEdu	Programa de Pós-graduação em Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
RE	Regimento Escolar
ReBio	Reserva Biológica
SEDUC	Secretaria da Educação
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SME	Secretaria Municipal de Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UNIASSELVI	Associação Educacional Leonardo da Vinci
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Trajetória Profissional	18
2 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO	21
2.1 Leitura de mundo e objeto de pesquisa	28
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
3.1 Descrição do objeto de estudo.....	35
3.2 Sujeitos	35
3.3 Procedimentos metodológicos – Método	36
3.4 Procedimentos metodológicos - Instrumentos	39
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	43
4.1 Educação Ambiental	43
4.2 A Educação Ambiental e as Políticas Públicas no Brasil	51
4.3 A Educação Ambiental em Arroio Grande	56
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	58
5.1 Descrições dos Encontros	58
5.2 A Educação Ambiental sob a percepção dos sujeitos da Escola Dr. Dionísio de Magalhães	72
5.2.1 Meio Ambiente e sustentabilidade	73
5.2.2 Tempos de Pandemia: reflexões sobre o ontem, o hoje e o amanhã	74
5.2.3 Bioma Pampa, (Re)conhecer para valorizar: ameaças e oportunidade no Bioma Pampa	76
5.2.4 Políticas Públicas de Educação Ambiental	78
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
7 REFERÊNCIAS.....	82
8 ANEXOS	87
8.1 Anexo 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido (escola)	87
8.2 Anexo 2 – Roteiro para entrevista.....	88

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como se desenvolve a temática Educação Ambiental na escolar Dr. Dionísio de Magalhães, escola pública localizada na zona urbana de Arroio Grande/RS. Pretende-se elucidar questões socioambientais, as quais geralmente ficam nas entrelinhas ou submersas nas práticas educativas propostas nesta escola. Tem como caráter metodológico a pesquisa-ação intervencionista, utilizada no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), Curso Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, programa onde se foi desenvolvido o trabalho.

Salienta-se que este projeto foi idealizado em uma época anterior a pandemia de Covid-19, a qual nos acometeu após março de 2020, trazendo mudança de rotina, medo, angústia, perdas impactantes, levantando um alerta em especial sobre as consequências da desigualdade social que vivemos. Com isso foi necessária mudança do foco inicial da pesquisa, nesse momento tão atípico em que a instituição Escola precisou se reinventar, foi preciso readequar o projeto a essa nova realidade dando uma roupagem diferente ao processo pensado anteriormente para esta pesquisa.

Segundo o mestre Boaventura Souza Santos (2020) no seu livro *A cruel pedagogia do vírus*, a pandemia de Corona vírus mais do que evidenciou as fragilidades da sociedade que foi construída no ocidente, assentada especialmente sobre um tripé capitalismo, patriarcado e colonialismo, colunas de sustentação da cultura, da política e da economia ocidental. O vírus assoma de uma maneira muito tácita os mais pobres, elucidando a fragilidade e evidenciando uma sociedade calcada em colunas sem sustentação. Neste sentido, enfatiza Boaventura (2020):

O invisível todo-poderoso tanto pode ser o infinitamente grande (do deus das religiões do livro) como infinitamente pequeno (vírus). Em tempos recentes, emergiu um outro ser invisível todo-poderoso, nem grande nem pequeno porque disforme: os mercados. Tal como o vírus, é insidioso e imprevisível nas suas mutações. Exprime-se no plural mas é singular. Ao contrário de deus, o mercado é onipotente neste mundo e não no mundo do além, ao contrário do vírus, é uma bênção para os poderosos e uma maldição para todos os outros (a esmagadora maioria dos humanos e a totalidade da vida humana) (SANTOS; 2020, p. 10).

Segundo Hermann (2021) a pandemia avançou muito rapidamente e após breves períodos de controle retorna em novas ondas, ainda mais perigosas e letais evidenciando que na natureza há sempre algo que escapa ao nosso controle.

Apesar da longa história das pandemias e seus impressionantes registros, com a Covid-19 vivemos uma situação singular, tanto por sua magnitude e consequências já visíveis como por aquelas ainda não dimensionadas. Sua capacidade de contágio foi altamente potencializada devido às condições da sociedade globalizada, com grandes aglomerações urbanas e populações de alta densidade geográfica e intensa mobilidade. Já a ciência moderna quer desvelá-la, apostando em novas condições epistêmicas e tecnológicas para dominá-la, como indica a chegada da vacina. Tentamos controlar tudo o que está a nossa volta, mas a natureza exerce muito mais poder do que supúnhamos (HERMANN, 2021, p. 02).

A pandemia expôs a situação de vulnerabilidade da maioria dos trabalhadores que foram levados para uma situação de extremo risco comprometendo sua vida, sua integridade física, mental, provocando altos índices de adoecimento, causado tanto pelo vírus como pelo stress que todos vivenciamos nestes quase 24 meses.

O tamanho da tragédia na periferia e no interior do Brasil com a devastação social pelo Covid-19 é inimaginável, vimos trabalhadores e trabalhadoras sem condições mínimas de sobrevivência, vivenciando fome, desemprego, adoecimento, e enterrados aos milhares nos cemitérios. Demonstrando em especial a fragilidade dos mecanismos de garantias sociais básicas como saúde e educação.

Antunes (2020) outro autor que imediatamente se posicionou diante da tragédia da pandemia, chama de o capital pandêmico aquilo que está totalmente ligado à trágica situação do sistema de metabolismos antissociais do capital, crise estrutural e a explosão da Covid-19. Percebe-se um caráter altamente discriminatório e dominante em relação às classes sociais, pois sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para grande parte da humanidade em situações de pobreza extrema.

Sujeitos a tantos seres imprevisíveis o ser humano e toda a vida não humana de que depende não podem deixar de ser iminentemente frágeis. Se todos estes seres invisíveis continuarem ativos a vida humana será em breve (se o não é já) uma espécie em extinção. Está sujeita a uma ordem escatológica e aproxima-se do fim (SANTOS; 2020).

Aqui consideramos que esta pandemia faz parte da crise socioambiental que envolve a todos os seres humanos de formas diferentes, e que tem ganhado proporções planetárias, tanto porque explicitou as grandes diferenças de condições de existência entre indivíduos que vivem em uma mesma época histórica, como com

certo esquecimento que o tema ambiental ficou relegado, fazendo com que o ministro do Meio Ambiente brasileiro, por exemplo, em uma reunião ministerial alegasse que na questão ambiental com a tragédia da Covid-19, dever-se-ia “passar a boiada”, referindo-se à política ambiental brasileira, provocando um afrouxamento na fiscalização.

O atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista atingiu um patamar de destruição ambiental não experimentado em nenhuma outra fase da história da humanidade. Nessa direção a Educação Ambiental passou a ser apresentada como uma importante estratégia para a construção de uma sociedade sustentável, socialmente justa e ecologicamente equilibrada (NEPOMUCENO; ARAÚJO, 2019).

Dito isto, pelo diagnóstico inicial realizado, através de análise documental, verificou-se que a proposta de Educação Ambiental na escola Dr. Dionísio era desarticulada, apenas se percebia alguma ação em datas pontuais sobre problemáticas ambientais, basicamente ligados à questão ecológica, como resíduos, recursos hídricos entre outros convencionais.

Este trabalho analisou e procurou contribuir a partir das atividades de intervenção (esta considera uma forma de construção coletiva e não ao termo impositivo que a palavra pode remeter), para uma nova ideia de Educação Ambiental na escola Dr. Dionísio de Magalhães, fazendo com que os professores entendam que a problemática ambiental é uma questão socioambiental, complexa e que deve ser encarada como uma questão interdisciplinar desenvolvendo um senso crítico a respeito do ambiente, visto aqui como uma gama de fatores que envolvem questões ecológicas, políticas, econômicas e culturais.

Para finalizar esta introdução vale ainda uma referência a Carta da Terra (2000), que nos remete a pensar em grandes paradigmas existenciais.

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro reserva, ao mesmo tempo, grande perigo e grande esperança. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade de vida e com as futuras gerações (CARTA DA TERRA, 2000).

1.1 Trajetória Profissional

Cresci numa família amorosa, bem estruturada com grande senso crítico a qual mostravam que só a partir da educação poderia ser alguém na vida e que a educação tem o poder de mudar o mundo. Mesmo trabalhando muito meus pais acompanhavam as atividades do cotidiano escolar das filhas.

Sempre estudei em escola pública com professores dedicados, críticos e comprometidos com a qualidade do processo ensino-aprendizagem, alguns até mesmo visionários. Uma professora, de muitas é inesquecível para mim pela forma amável, carinhosa e dedicada de ensinar, ela mostrava o encantamento que tinha pela educação e pela disciplina a qual ministrava (Ciências), ela conseguia transparecer a alegria que sentia ao estar em sala de aula, um dos motivos pelo qual me tornei professora de Ciências, os bons exemplos que tive durante a trajetória estudantil.

Cursei o Magistério nos anos de 1997 a 2000, no Instituto Aimone Soares Carricone, situado em Arroio Grande/RS, onde tive a possibilidade de interagir com professores interessados e já na época preocupados com o rumo pelo qual a educação estava seguindo. Tive a chance de entrar na sala de aula, como estagiária para executar o que vinha trabalhando nas disciplinas didáticas, consegui colocar em prática tudo aquilo que imaginava ser inovador. Ali percebi que a educação é o sangue que corre em minhas veias e que nós professores somos agentes disseminadores de ideias sendo a sala de aula o local que me realizo como profissional, não saberia estar em outro lugar.

No ano de 2001 comecei minha graduação em Licenciatura em Ciências Físicas e Biológicas pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), extensão FAGE/ Arroio Grande, o curso era concentrado em 2 dias (quarta-feira a noite e quinta-feira manhã e tarde), direcionado a profissionais que trabalhavam, público este de professores, ali percebi o quanto precisamos fazer com que o jovem se conscientize de seu papel atuante na sociedade.

Participei com diversos trabalhos acadêmicos em simpósios, palestras nas escolas e encontros na área da Educação Ambiental. Realizei meu trabalho de conclusão de curso (TCC), através de uma pesquisa de campo, sob a orientação da professora Luciana Bicca Dodde, com o título Identificação e caracterização do uso de frutíferas para uso medicinal, com ele buscávamos informações na comunidade de

Arroio Grande sobre as principais frutíferas utilizadas para fins medicinais, me formei no ano de 2005.

Paralelo à graduação eu trabalhava como professora de anos iniciais em uma escola municipal (Silvina Gonçalves) e em uma particular (Barão de Mauá). Continuei participando de cursos de formação de professores como encontros, simpósios, mesa redonda, fóruns, plenárias, seminários, semanas acadêmicas, jornadas de estudo entre outros eventos. Alguns participei na organização como o I Encontro de Biologia realizado em Arroio Grande (ENBIO), no qual teve a participação de renomados palestrantes; os encontros anuais realizados pela ONG Gean (Grupo Ecológico Amantes da Natureza) para a implantação da Reserva Biológica do Mato Grande (ReBIO Mato Grande) que estava no papel desde 1975; fui monitora do Laboratório de análises e pesquisas da FAGE (Fundação arroio-grandense de educação).

No ano de 2006 surgiu a possibilidade de realizar um curso de Pós-graduação à distância, de Educação Ambiental pela FacVest com duração de 1 ano, com dois encontros mensais presenciais em Jaguarão. Segui a mesma linha de pesquisa da graduação com o foco a identificação e utilização de plantas medicinais pela população de Arroio Grande. Decidi realizar esse curso para aprimorar os conhecimentos vinculados na graduação. Tive o privilégio de realizar trocas de conhecimentos com conceituados mestres e doutores em diversas áreas, com visões bem amplas sobre o Tema Meio Ambiente, Sustentabilidade enfim Educação Ambiental.

De lá para cá trabalhei em escolas estaduais, particulares, municipais com diversas realidades bem distintas e diferentes uma das outras, desde alunos que acordavam muito cedo para pegar o ônibus para chegar à escola, alunos com falta de atenção e interesse pois as mídias eram mais atrativas que o professor, alunos que pararam seus estudos pois necessitavam trabalhar para sustentar suas famílias, entre inúmeras outras realidades tão duras. Com o passar do tempo, fui aprimorando-me, qualificando-me e apresentando uma nova visão de educação, não visando somente conteúdo, mas os valores humanos e sociais. Dessa forma comecei a trabalhar mais ainda com projetos nas mais variadas áreas.

Em 2015 tive a grata satisfação de participar juntamente com um grupo de alunos e professores da E.E.E.M. "20 de Setembro" do Projeto Deputado por um dia, programa este criado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Escola do Legislativo. Com o objetivo de aproximar o Parlamento da

comunidade escolar, contribuindo para a formação da cidadania, estimulando jovens lideranças e evidenciando a importância do Poder Legislativo para o fortalecimento da democracia e para o desenvolvimento da sociedade. A comunidade escolar elaborou um Projeto de Lei, o qual institui a coleta de resíduos de papel nas escolas públicas estaduais do RS, foi discutido, apreciado, votado e aprovado por unanimidade na Sessão Plenária do Estudante, realizada no Plenário 20 de Setembro do Palácio Farroupilha, sede da Assembleia Legislativa do RS.

Por meio das teorias e conceitos que me foram apresentados ao longo da trajetória, tanto curso como prática educativa, questionamentos surgiram: como diminuir o distanciamento do conhecimento presente na sala de aula (escola, universidade) e nos livros com a vida? Como construir propostas educativas que façam sentido para os alunos? Como não me transformar em uma professora conteudista, alienada e submissa ao sistema capitalista. Diante dessas questões, acreditando que a aprendizagem é um processo contínuo para toda vida e por toda vida, decidi aprofundar os estudos.

Depois de alguns anos afastados da universidade, senti a necessidade de voltar ao convívio acadêmico, de me qualificar, agora com uma bagagem de experiências marcadas por erros, acertos, vivências que podem servir para confrontar teoria e prática, buscando através da pesquisa um novo caminho a seguir não com respostas prontas, mas levantando muitas hipóteses para os processos.

É importante salientar que fui muito incentivada pelos colegas de Arroio Grande, que ainda estavam cursando ou haviam cursado o Mestrado em Educação da Unipampa, isso me contagiou ainda mais, percebi o reflexo desse processo nas escolas, que se tornaram mais democrática com professores motivados, acabou provocando um efeito dominó estimulando a outros agirem de forma diferente, de se “desacomodar” modificando o processo de ensino–aprendizagem e todo o contexto escolar.

O grande desafio de trabalhar com a temática ambiental é abordar questões já enraizadas, evitando enfoques aos temas isolados, mesmo que relevantes. Penso na possibilidade de realizar um projeto de intervenção que contribua para a construção de uma escola mais democrática, participativa e solidária envolvida com as questões socioambientais. O que certamente será um desafio pessoal também pois a cada dia temos que nos reconstruir em especial sobre a problemática ambiental.

2 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO

Arroio Grande é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul, também conhecido como “Cidade Simpatia”¹ e a “Terra de Mauá”², cidade pequena, acolhedora, acolhedora e muito hospitaleira (ARROIO GRANDE; 2020).

O município de Arroio Grande tem altitude 39 metros, está localizado na Planície Costeira Zona Sul do Estado entre a Lagoa Mirim e o Escudo Sul-riograndense, próximo ao município de Jaguarão, fronteira com o país vizinho Uruguai. Sua população em 2016 foi estimada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 18 935 habitantes, distribuídos em 2.518 km² de área e uma densidade demográfica de 7,35 hab./km², onde a maior parte se concentra na área urbana que esta subdividida em 15 bairros: Promorar, São José, Santana, São Gabriel, Carlos Vasques, Cohab Leste, Lauro Ribeiro, Getúlio Vargas, Vidal, Branco Araújo, Coca, Mirabeau Baltar, Theobaldo Link, Silvina Gonçalves, Centro e três Distritos: Mauá, Pedreiras e Santa Isabel, é cortado no sentido N-S pela BR 116 ficando distante de Pelotas 90 Km.

Figura 1 – Fotografia da entrada da cidade de Arroio Grande



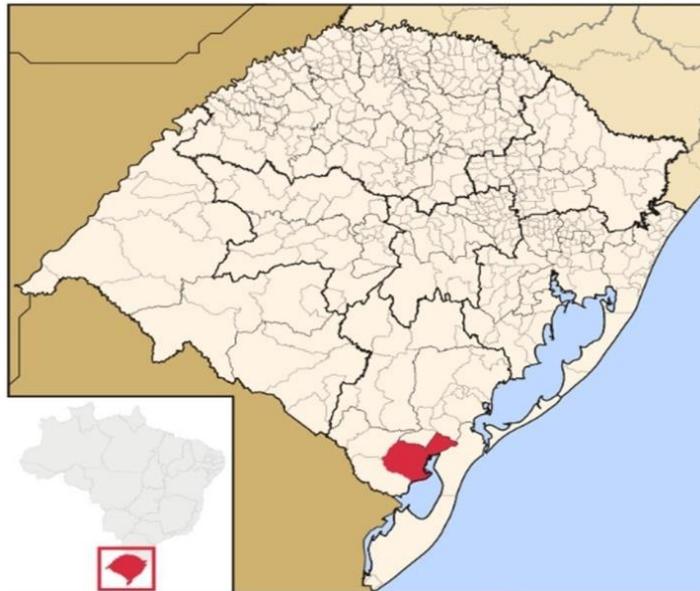
Fonte: Arquivo da pesquisadora (2020);

¹ Assim chamada pela hospitalidade de seu povo formado por várias etnias.

² Irineu Evangelista de Souza vulto ilustre nascido em Arroio Grande (1813 – 1889), o Barão e Visconde de Mauá, importante personalidade brasileira do século passado, tendo participado intensamente no desenvolvimento industrial do Brasil, construindo estaleiros, fundições, estradas de ferro e o Banco do Brasil.

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Arroio Grande, em 2015, é de R\$ 26.843,77, colocando o município em 242.º no ranking de 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, a base da economia é a agricultura e pecuária, com cultura da soja e do arroz e, criação de bovinos e ovinos.

Figura 2 – Mapa do Rio Grande do Sul, com destaque a localização do município de Arroio Grande.



Fonte: Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Arroio_Grande>. Acesso em: 04 maio 2020.

Inserido no Bioma Pampa, o município apresenta algumas matas com um papel importante de corredor ecológico para fauna e flora, assegurando o fluxo gênico e dispersão das espécies na biorregião. Ecologicamente as matas são classificadas como Matas Ciliares ou de Galeria, de extrema importância para o equilíbrio do manancial hídrico (SOUZA; VELHO; NOVAES; 2007).

Devido à localização e as características de vegetação e relevo, apresenta tanto fauna aquática como de campo, possui desde marrecos e gaivotas, aves típicas da zona lagunar de litoral, até a ema e a perdiz, que são próprias das zonas da Campanha gaúcha. A zona mais rica em fauna, no município, é a zona dos banhados, com inúmeras espécies de anfíbios como a rã, répteis e tartarugas, peixes e mamíferos como capivaras, preás, lebres, lontras, gambás, doninhas, graxains (sorro), ratões-do-banhado e zorrilhos. Destacam-se, também tatu, raposa, gambá, aves como chimango, perdiz, caturrita, quero-quero, jacu, ema, seriema, pomba do mato (pombão), cardeal-de-topete-vermelho, periquito, tico-tico, João-de-barro, répteis

como lagarto, cobra cruzeira, cobra verde e peixes como traíra, jundiá, lambari e pintado (EMATER,1997).

A maior parte da área rural é composta por campos, com vegetação rasteira e herbácea fazendo parte da Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim, apresentando unidade de Conservação da natureza denominada Reserva Biológica do Mato Grande, com uma área de 5161 ha, de região de banhado, campos arenosos e matas de restinga, de extrema importância para a conservação da avifauna associada aos ambientes alagados, sendo local de espécies endêmicas do Bioma Pampa, espécies ameaçadas de extinção e aves migratórias do Hemisfério Norte e Hemisfério Sul. Abrigando espécies presentes no Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção do Rio Grande do Sul, como gato do mato e lontra (SOARES *et al.*, 2005).

A partir do final da década de 1990, começou o processo da reforma agrária em Arroio Grande com a desapropriação de grandes fazendas para dar origem a quatro assentamentos: Santana, Chasqueiro, Estiva e Potreiro da Torre, abrangendo uma área de 3200 hectares aproximadamente, sendo que uma parte dessas terras atualmente permanece arrendada para plantação de soja. Enfatizo dois principais motivos para essa realidade, o primeiro é que os agricultores dos quais receberam lotes em sua maioria não são oriundos da região sul e sim de diversas outras partes do estado, tendo uma maior dificuldade de manejo com a terra, segundo faltas políticas públicas que incentivem o homem do campo a produzir e permanecer na zona rural. Estes dois fatores, somados a necessidade que as famílias de agricultores assentados têm de constituir uma renda para sobrevivência, faz dos arrendamentos dos lotes de assentados uma solução, longe da ideal, mas infelizmente necessária no contexto da falta de alternativas destes agricultores.

Uma pequena parte dos agricultores trabalha com a produção de leite e derivados, legumes e hortaliças como também a produção de doces e pães caseiros para vender em feiras locais. Embora não seja o modo de vida ideal, o arrendamento foi uma alternativa que encontraram para sobreviver devido a uma conjuntura econômica e política direcionada ao agronegócio que se vive no Brasil atualmente (ARROIO GRANDE, 2020)³.

No município de Arroio Grande a renda média por residência segundo dados do IBGE, considerando área urbana e rural, não ultrapassa 2,2 salário-mínimo

³ As informações deste tópico foram retiradas da página web da Prefeitura Municipal de Arroio Grande.

nacional, onde as vagas de trabalho são preenchidas principalmente no setor da agropecuária, serviço público e comércio.

Com a crescente demanda relacionada às questões socioambientais, o prefeito municipal gestão (2016-2020) separou a pasta do Meio Ambiente da Secretaria da Agricultura, criando assim a secretaria de Meio Ambiente, para coordenar a formulação e execução de programas relacionados a políticas públicas municipais de meio ambiente, tendo como plano de ação gerir e organizar o saneamento básico, a coleta seletiva de lixo, a cooperativa de reciclagem, entre outras atividades.

No município de Arroio Grande, boa parte da população tem acesso à água, seja por rede geral, poços ou nascentes (nas propriedades). Dispõem de serviços que englobam varrição, coletas, triagem dos resíduos domésticos e disposição de resíduos de diferentes origens, assim segmentos: resíduos domiciliares orgânicos e recicláveis; da varrição, condução e supressão de árvores; da construção civil e dos serviços de saúde.

Os resíduos sólidos domésticos são separados em orgânicos e inorgânicos (secos), os últimos sendo encaminhados através da coleta seletiva para uma central de triagem enquanto que os resíduos orgânicos juntamente com o rejeito são atualmente encaminhados para o aterro Sanitário municipal de Arroio Grande.

Contando com a coleta seletiva solidária, realizada pela Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de nome Reciclar, ocorrendo na área urbana de segunda a sexta-feira, nos distritos a coleta ocorre uma vez na semana de acordo com um cronograma já estabelecido.

Os resíduos de poda, construção civil e limpeza pública são levados uma vez por semana para o aterro, os resíduos especiais de serviço de saúde são coletados por empresa terceirizada, da mesma forma que resíduos agrossilvipastoris gerados como as embalagens.

O município apresenta algumas áreas degradadas relacionadas à questão dos resíduos sólidos descartadas de forma irresponsável e irregular nas estradas do interior (ARROIO GRANDE, 2020).

Devido ao fato de o município não possuir Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), o esgoto oriundo das edificações tanto da zona rural com urbana não recebem nenhum tipo de tratamento. Além disso, existem áreas de risco devido ao despejo desse esgoto em cerca de 12 a 16 pontos do arroio denominado Arroio Grande o qual deu origem a cidade, evidenciando a possibilidade de contaminação, ressaltando que

o mesmo trecho é utilizado pelo município para a captação da água de abastecimento, existindo voçoroca⁴ formada em vários pontos de despejo de esgoto cloacal e fluvial.

Em relação à educação, o município tem 17 escolas públicas e 3 escolas da rede privada. Possui 1 escola de educação especial APAE e o ensino superior em modalidade de educação à distância (EAD) através Uniasselvi, Unopar. As escolas municipais e estaduais de Arroio Grande não possuem autonomia financeira, todas as necessidades são encaminhadas à SME e a SEDUC que provê conforme disponibilidade de recursos, sendo que as escolas estaduais recebem verbas para manter suas estruturas e necessidades de forma anual.

Tabela 1 – Escolas do Município de Arroio Grande – RS por localização

Localização	Rede municipal	Rede estadual	Rede privada
Zona urbana	06	06	03
Zona rural	03	02	-
Total:	09	08	03

Fonte: Setor Administrativo da SME – Arroio Grande – RS Setembro/2020.

Para que os jovens de Arroio Grande possam ter acesso ao ensino técnico e superior, a Secretaria Municipal de Educação investe no transporte escolar para os Institutos Federais de Pelotas e de Jaguarão, para a Universidade Católica de Pelotas (UCPel), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Anhanguera de Pelotas e Universidade Federal do Pampa (Unipampa/Jaguarão).

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Dionísio de Magalhães (figura 03), onde foi realizada a pesquisa faz parte da rede de ensino estadual no Município de Arroio Grande, RS, situada na rua Dr. Dionísio de Magalhães, número 1116, no Bairro Carlos Vasques. Possui 314 alunos em Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e modalidade EJA.

⁴ Fenômeno geológico que consiste na formação de grandes buracos de erosão causados pela água da chuva e intempéries em solos onde a vegetação não protege mais o solo, que fica cascalhento e suscetível de carregamento por enxurradas, tornando o solo pobre, seco, quimicamente morto e nada fecundo.

Figura 3 – Fotografia da fachada da escola



Fonte: Acervo da pesquisadora/2021.

Em 1961, a escola Dr. Dionísio de Magalhães iniciou suas atividades com 173 alunos, em quatro salas, com turmas de 1^a a 5^a série, sob o governo municipal do Prefeito Edgar Dutra Lisboa, gestão 1960–1964, sendo Leonel Brizola o governador, tendo como diretora a Professora Lourdes Maria Silveira Hernandes.

O decreto de criação e denominação da escola é datado em 10 de abril de 1961. O nome da escola foi em homenagem ao ilustre e humanitário médico “Dr. Dionísio de Magalhães”, o qual teve sua vida dedicada a saúde pública dos moradores de Arroio Grande, deixando grandes contribuições ao povo arroio-grandense.

Com o passar do tempo, a escola foi crescendo com o apoio da comunidade sempre presente através do Círculo de Pais e Mestres fazendo muitas ações e promoções para angariar fundos e doações.

Os alunos são oriundos dos bairros próximos à escola, São José, Santana, São Gabriel e o próprio Carlos Vasques, na sua maioria de classe econômica médio-baixa, segundo análise da realidade onde os pais são trabalhadores eventuais e autônomos fazendo parte de diversos programas do governo, conforme censo realizado pela escola (PLANO GLOBAL, 2017, p. 4).

Em 2021 a escola apresenta um total de 8 salas de aula, 1 laboratório de Ciências, 1 biblioteca, 1 cozinha e refeitório, 1 sala de Informática, 1 sala da coordenação e supervisão, 1 secretaria e setor pessoal, 1 sala de professores e 3 banheiros.

Quanto à oferta de ensino a escola oferece turmas do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, nos turnos manhã e tarde e à noite oferece 6º a 9º ano regular e na modalidade EJA. Seu quadro docente é composto por 22 profissionais efetivos do quadro dos servidores estaduais do Rio Grande do Sul e 12 profissionais contratados. A equipe gestora é formada pela direção, vice - direção, 2 coordenadoras pedagógicas e 1 orientadora educacional.

A Escola Dr. Dionísio de Magalhães tem como filosofia a formação do aluno-cidadão com posicionamento crítico, responsável e consciente dos seus direitos e deveres, que ocupe seu próprio espaço de forma criativa e participativa, sendo sujeito da sua história (RE, 2017, p. 5).

De acordo com o Regimento Escolar (2017), percebe-se pela filosofia da escola a preocupação com a formação integral tornando o aluno protagonista de sua vida. Nessa visão de educação é proposta uma escola aberta, democrática, capaz de oportunizar ao aluno o desenvolvimento de atitudes básicas como criticidade, justiça, solidariedade, responsabilidade e respeito com profissionais reflexivos e conscientes da importância de seu papel e comprometidos com o processo educativo.

Conforme o Regimento Escolar (RE, 2017, p.5), o objetivo geral da escola é oportunizar ao aluno condições que favoreçam o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, a construção de conhecimentos e aquisição de habilidades, a formação de atitudes e valores, recebendo informações e formação que lhe permita atuar como cidadão.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb/2015)⁵, a escola obteve um valor próximo da meta nos anos iniciais do ensino fundamental, com nota de 5,1, porém nos anos finais do ensino fundamental a escola obteve 2,7, ou seja, abaixo da meta prevista 4,4. No ano de 2017 e 2019 a escola não apresentou registro do Ideb nos anos finais, pois o número de participantes no SAEB foi insuficiente para que os resultados fossem divulgados.

⁵ Em 2007 foi criado o Ideb, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para monitorar o desempenho da educação no Brasil. Ele reúne, em um só indicador, os resultados de duas dimensões de qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O índice é calculado a partir dos dados sobre aprovação, obtidos no Censo Escolar e dos resultados do Saeb.

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/2019 da Escola Dr. Dionísio de Magalhães

Anos iniciais do ensino fundamental			Anos finais do ensino fundamental		
Ano	Meta	Valor	Ano	Meta	Valor
2005		3,8	2005		
2007	3,9	3,8	2007		3,0
2009	4,2	4,0	2009	3,3	2,5
2011	4,6	4,6	2011	3,6	1,9
2013	4,9	4,5	2013	4,0	2,3
2015	5,2	5,1	2015	4,4	2,7
2017	5,5	*	2017	4,7	*
2019	5,8	4,5	2019	4,9	*

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/2021.

2.1 Leitura de mundo e objeto de pesquisa

Como embasamento para pesquisa, tomou-se inicialmente, para uma reflexão, os documentos da escola, a saber: O Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico (PPP) que tem data de aprovação ano de 2017 e 2014 respectivamente, para que através da análise documental, pudéssemos verificar os objetivos da instituição, seus princípios norteadores, analisando questões ligadas a Educação Ambiental. Percebe-se que os mesmos estão desatualizados com uma visão de Educação Ambiental parcial, incompleta, pois os conteúdos relacionados ao Meio Ambiente aparecem de forma isolada, na disciplina de Ciências em todos os anos do ensino fundamental. Constatando ainda a não existência da questão ambiental e de nenhum referencial teórico relacionado, nem mesmo questões óbvias como coleta seletiva constam nos documentos analisados.

Estes documentos seriam reformulados em 2020, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual pretende dar uma igualdade e equidade dos objetos de conhecimento em todo o Brasil. Porém com o início da Pandemia de COVID-19, a Secretaria de Educação do RS optou por adiar os prazos de reformulação focando em um ensino diferenciado para o momento, com uma matriz curricular própria e

direcionada com apenas os pré-requisitos de cada ano no qual a Educação Ambiental está inserida como tema transversal geral para todos os anos.

Cabe salientar, que este trabalho de pesquisa está sendo realizado pela pesquisadora que é professora da escola, participante da comunidade escolar, portanto não há caráter acusatório sobre as falhas encontradas nos documentos, mas parte da necessidade de uma reflexão de uma construção coletiva onde se pretende deixar um legado significativo, o qual poderá contribuir para que nos próximos documentos tenham mais subsídios para tratar destas questões socioambientais na escola Dr. Dionísio de Magalhães.

Para levantar-se mais dados sobre a Educação Ambiental na escola Dr. Dionísio de Magalhães, foi elaborado um questionário com questões objetivas via formulário Google (Anexo 1) enviado pelo grupo de WhatsApp – que passou a ser uma ferramenta muito importante de contato com alunos e professores na pandemia - e por e-mail para corpo docente, direção, supervisão, orientação e funcionários em geral, no qual 80% do público respondeu e 20 % não responderam as questões.

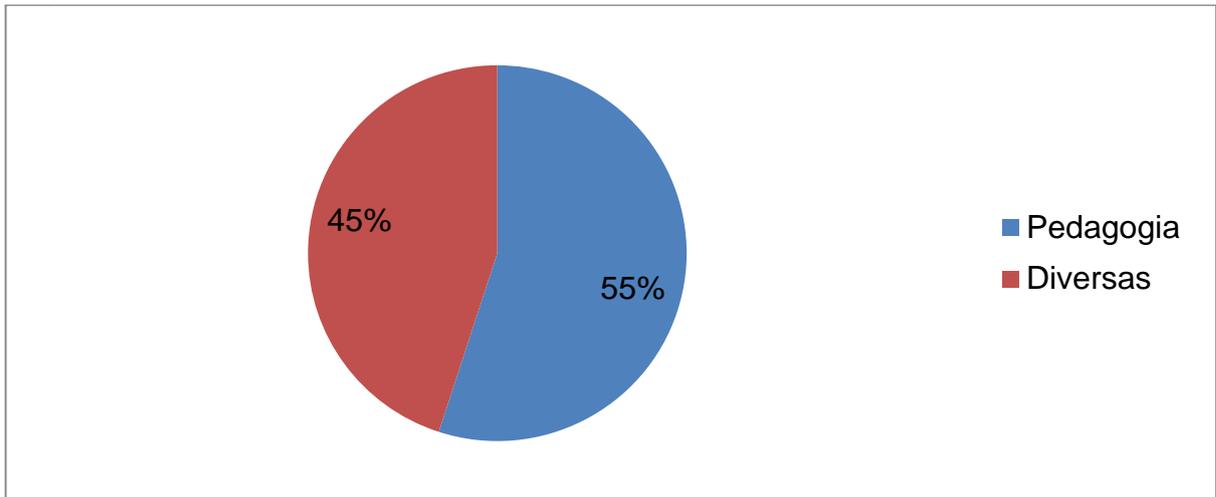
Referente ao gênero dos entrevistados constata-se que 90% dos professores são do sexo feminino (com idade entre 29 a 60 anos) reflexo de um contexto escolar recorrente histórico como em 1990, as ocupações eminentemente femininas abrigavam 30% das mulheres economicamente ativas. Entre elas destacavam-se as professoras primárias, juntamente com empregada domésticas, enfermeiras, costureiras e secretárias, para citar alguns exemplos. Em 1992, dos 2/3 das mulheres que se declararam trabalhadoras 17% eram professoras (BRUSCHINI,1998). O primeiro Censo do Professor (Brasil/MEC/INEP,1999) mostra que 14,1 % da categoria são homens e 85,7 % mulheres apontando para a feminização da Educação Básica do ponto de vista da composição sexual do professorado.

Fontana (2010, p. 35), aponta que a identidade docente ainda hoje sofre as influências da crença de:

[...] mãe cuidadora associada a concepções sobre profissão definidas como vocação, amor, abnegação, doação e missão numa prática impregnada da ideia de que para ser um bom professor basta gostar de criança (coisa tão natural à mulher). (FONTANA, 2010, p. 35).

Devido a estes fatores a profissão tornou-se majoritariamente feminina trazendo resquícios desse passado até hoje. A composição do quadro docente da escola Dr. Dionísio reflete este quadro.

Figura 4 – Gráfico: Formação acadêmica dos professores da escola Dr. Dionísio de Magalhães

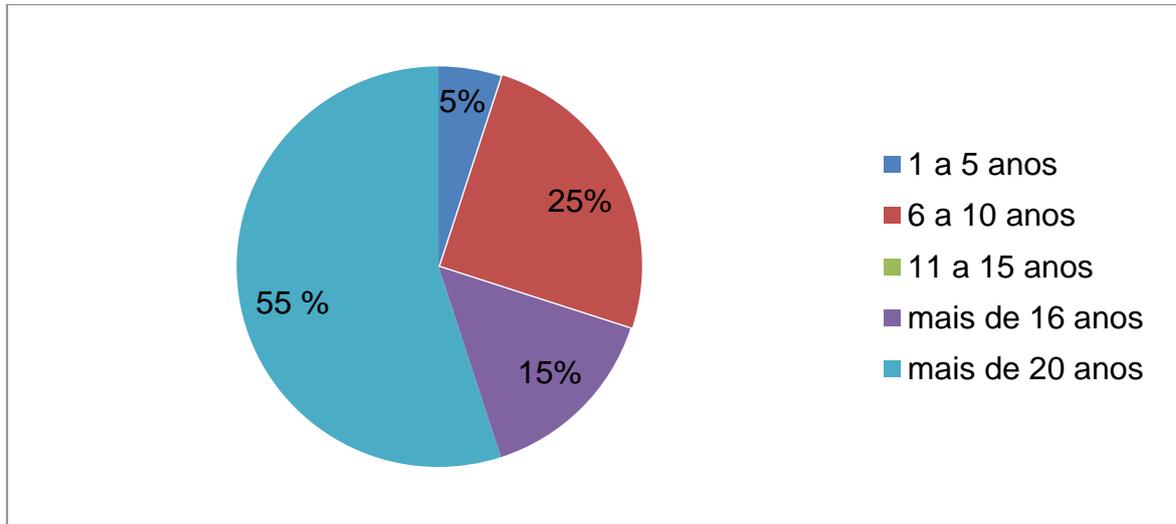


Fonte: Questionário aplicado aos professores – Novembro/2020.

Em relação à formação acadêmica todos os participantes da entrevista relataram ter graduação e pós-graduação incluindo profissionais da limpeza e manutenção. Sendo que 55% são licenciados em pedagogia, curso caracterizado por preparar os profissionais para atuar ao longo das etapas da educação básica e 45% as mais diversas áreas como Letras, Matemática, Geografia, História, Artes, Educação Física, entre outras.

De acordo com os dados analisados 55% (Figura 5) dos entrevistados têm mais de 20 anos de atuação no magistério, ainda estando longe da aposentadoria, conforme as mudanças da reforma previdência que aumentou o tempo de serviço e contribuição para a profissão.

Figura 5 – Gráfico: Tempo de atuação dos professores no magistério



Fonte: Questionário aplicado aos professores – Novembro/2020.

Segundo a entrevista, 95% dos participantes já participaram de alguma atividade ou curso de capacitação que abordou a temática ambiental.

O PNE (BRASIL, 2001, p. 95), trata da formação continuada dos professores como uma das formas de valorização do magistério e melhoria da qualidade da educação:

É fundamental manter na rede de ensino e com perspectiva de aperfeiçoamento constante os bons profissionais do magistério (...) A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento, e a busca de parcerias com as Universidades e Instituições de Ensino Superior (BRASIL, 2001, p. 40).

Com esse dado percebe-se que grande percentual de professores da rede pública estadual não se acomodou e busca cada vez mais investir em qualificação pessoal mesmo não recebendo estímulos dos governos, sofrendo ano após ano com a desvalorização profissional.

A formação docente, a qual é contemplada nas leis, algumas vezes não reflete os anseios dos educadores. Não podendo ser massificada precisando estar de acordo com as necessidades do professor, não como vontade individual e sim como uma atitude coletiva que deve reverberar na prática pedagógica.

A valorização dos profissionais da educação básica é prevista na Meta 18 do PNE (2014-2024) e o monitoramento é feito através dos indicadores:

Indicador 18D – Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais do magistério.

Indicador 18E – Percentual de municípios que preveem limite máximo de $\frac{2}{3}$ da carga horária para as atividades de interação com os educandos.

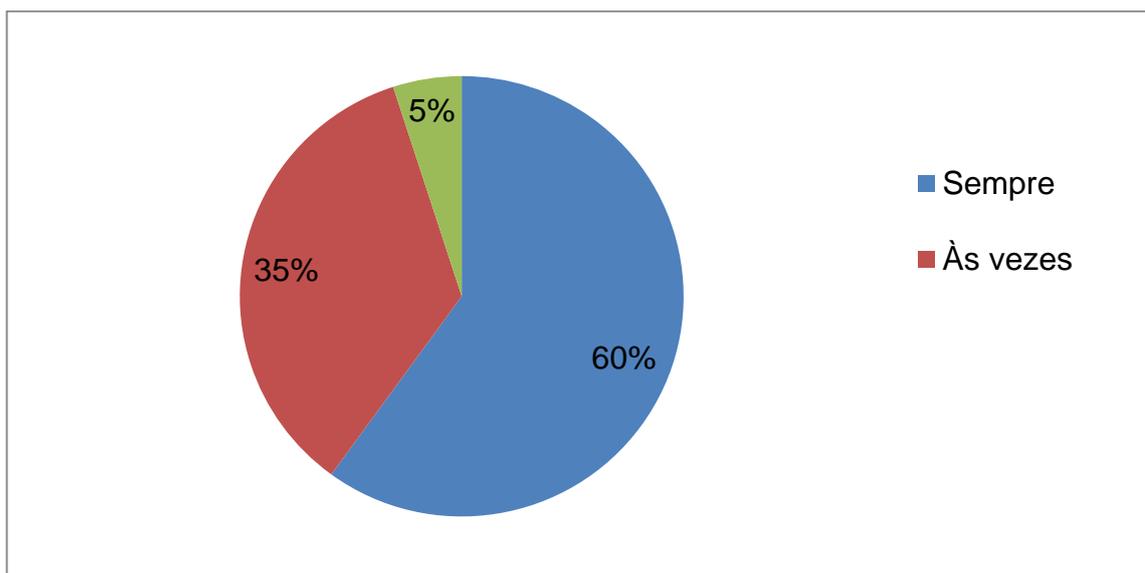
Indicador 18F – Percentual de municípios que atendem ao PSNP.

Meta: 100% dos municípios com plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério que atenda à Lei nº 11.738/2008, a qual dispõe da aplicação do limite máximo de $\frac{2}{3}$ da carga horária para as atividades de interação com os educandos e do PSNP (Relatório do 2.º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, 2018, p. 302).

Conforme os documentos, a saber: Regimento e PPP, não há registros que a questão ambiental seja trabalhada na escola, mas com as entrevistas realizadas os professores relatam que tratam essa temática como tema transversal baseado no descrito na BNCC e de forma informal. Pode-se supor que o tema mesmo não estando explícito nos documentos da escola, de alguma forma, é tratado pelos meus colegas professores/as, justifica-se então a pertinência desta reflexão, tanto para sistematizar ações sobre a temática como para que conste nos próximos documentos.

Dos entrevistados 90% relataram que na escola de atuação já houve projetos de Educação Ambiental, sem se tornar uma política da escola e de forma pontual, com os mais variados temas como: lixo, reciclagem, compostagem, sustentabilidade, água, principalmente na semana do Meio Ambiente.

Figura 6 – Gráfico 3: Temas socioambientais trabalhados na escola



Fonte: Questionário aplicado aos professores – Novembro/2020.

De acordo com o gráfico, 60% (Figura 6) dos entrevistados sempre trabalham com temas socioambientais na sua disciplina ou área de atuação enquanto que 35%

às vezes e 5 % raramente. Dos temas mais trabalhados através de projetos a problemática lixo (produção, descarte e reciclagem) ficou em primeiro lugar, seguido pelo tema água (nosso Arroio, saneamento básico, saúde/doenças). Sendo que os menos trabalhados foram Amazônia, Protocolo de Quioto, aquecimento global ,etc mostrando que os temas mais próximos do cotidiano foram priorizados pelos entrevistados.

Já temas sociais como pobreza, injustiça, democracia ficaram nas entrelinhas, pois alguns professores citam a impotência, a insegurança, o medo, a falta de motivação, como fatores pelos quais deixam de agir. Dizem também que não foram preparados para trabalhar esses assuntos, mostrando cada vez mais o quanto é importante o professor reconhecer o seu papel formador desenvolver seu próprio senso crítico como agente atuante em uma sociedade contribuindo assim para seu crescimento.

O município é banhado pelo arroio que deu origem ao nome da cidade, Arroio Grande, apresentando-se como uma valorosa fonte hídrica. É um dos maiores produtores de arroz e soja da região, fazemos parte de um bioma de extrema importância para o planeta - Bioma Pampa -, sendo assim as questões socioambientais precisam fazer parte das nossas salas de aula, precisamos instituir políticas públicas de valorização do Meio Ambiente na escola, não podendo deixar a EA ficar em segundo ou terceiro plano.

A partir dessas considerações foram traçados objetivos passando pela reflexão das políticas públicas atuais da escola (Regimento e PPP) voltadas à Educação Ambiental, a postura dos professores referente a seu componente curricular correlacionando a temas ambientais e a participação coletiva da comunidade escolar envolvendo ações socioambientais.

No atual momento histórico que é caracterizado por vários problemas que variam desde a disseminação de doenças infectocontagiosas, como a que estamos vivendo pela Covid-19, até a degradação ininterrupta dos recursos naturais. No primeiro momento os problemas geradores aparentam ser muito variados, vão desde questões relacionadas a economia de uma nação até aspectos relacionados à ética, moral e a cultura que transpassam a sociedade (HERMANN, 2021).

A educação ambiental, proposta aqui, objetiva a compreensão dos conceitos relacionados com o meio ambiente, sustentabilidade, preservação e conservação. Sendo assim, ela busca a formação de cidadãos conscientes e críticos, fortalecendo

práticas cidadãs. Aliado a isso, trabalha com a inter-relação entre o ser humano e o meio ambiente, desenvolvendo um espírito cooperativo e comprometido com o futuro do planeta, promovendo a mudança de comportamentos tidos como nocivos tanto para o ambiente, como para a sociedade. No ambiente escolar, ela possui grande importância visto que desde cedo as crianças devem se inserir na busca de uma sociedade mais justa e sustentável (NEPOMUCENO; ARAÚJO, 2019).

Ao analisar os fenômenos climáticos verificando e interpretando os dados com o intuito de promover espaços-tempos, pretende-se que os participantes (gestores, professores e funcionários) da pesquisa-ação se sintam responsáveis com as tomadas de decisões para transformar a realidade da unidade de ensino na perspectiva da concepção de Educação Ambiental. Assim, almeja-se que a proposta de envolver os participantes e obter informações quanto ao entendimento sobre questões socioambientais apresentadas aqui auxilie na formação de cidadãos mais esclarecidos e críticos diante da realidade.

Nesse contexto, tendo em vista as análises de documentos da escola e o questionário aplicado, foi possível verificar que, no Projeto Político Pedagógico e no Regimento as questões socioambientais são inexistentes, mesmo assim percebe-se que os professores trabalham os temas de forma momentânea e pontual no cotidiano, o que se justifica a importância de fazer uma pesquisa e uma ação interventiva para contribuir com a ressignificação da Educação Ambiental na escola. Motivando os professores a trabalhar de forma interdisciplinar aliando as várias áreas do conhecimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico falarei de forma minuciosa sobre a metodologia utilizada, iniciando com a descrição do objeto de estudo, os sujeitos participantes, o método e os instrumentos utilizados nesta pesquisa-ação.

3.1 Descrição do objeto de estudo

Lembrando que o projeto foi realizado em um período pandêmico de Covid-19, com isso foi necessário à modificação de alguns procedimentos metodológicos, principalmente no seu formato de presencial para online.

A pesquisa de campo foi desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Dionísio de Magalhães, situada na sede da cidade, bairro Carlos Vasques, no Município de Arroio Grande, Rio Grande do Sul, instituição onde atuo como docente na disciplina de Ciências.

Atualmente, a escola oferece Ensino Fundamental completo de nove anos, na modalidade presencial diurno, totalizando em 2020, 292 estudantes matriculados, noturno regular com 52 alunos e noturno na modalidade EJA anos finais 21. Os alunos matriculados são residentes da cidade e interior. Seu quadro docente é composto por 22 profissionais efetivos servidores estaduais do Rio Grande do Sul e 12 profissionais contratados. A equipe gestora é formada pela direção, vice - direção, 2 coordenadoras pedagógicas e 1 orientadora educacional.

3.2 Sujeitos

Os sujeitos participantes da pesquisa proposta foram representantes dos gestores, professores e funcionários. A participação de todos esses seguimentos foi muito importante e pertinente, sendo eles agentes multiplicadores de ideias e ações. Devido ainda (NOV/2021) estarmos em pandemia e a cada dia recebendo novas determinações e diferentes orientações da Secretaria de Educação Estadual referente a normas e protocolos de isolamento, não sendo possível a participação dos alunos e pais, fazendo com que a pesquisadora optasse por realizar com o corpo diretivo e docente.

Segundo Paulo Freire (1996) em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, diz que ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

Deste modo, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que ao ser educado, também educa. Ambos se tornam sujeitos do processo e crescem juntos. É com esta concepção que realizamos este trabalho de pesquisa/intervenção e construção.

3.3 Procedimentos metodológicos – Método

A pesquisa científica é um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 1996, p. 17) e para chegar a um entendimento sobre a questão, o pesquisador parte do conhecimento que possui sobre o tema, considerando procedimentos sistematizados assumindo uma metodologia científica.

Dessa forma, o estudo foi de natureza qualitativa e quantitativa, através da observação, análise e interpretação dos dados, que os participantes produziram, contribuindo para o desenvolvimento do senso crítico, comprometimento com o ambiente de sua comunidade, passando pelos princípios democráticos, de cidadania e diálogo para uma ressignificação da concepção da Educação Ambiental, tanto nos documentos oficiais futuros da escola, como e principalmente, na práticas efetivas dos educadores, educandos e comunidade escolar.

Esta investigação tem uma concepção próxima ao que Bogdan e Biklen (1994) dizem, onde consideram que a investigação é complexa, ressaltando a complexidade atual na área da educação privilegiando a compreensão dos comportamentos dos sujeitos envolvidos.

Será utilizada a pesquisa-ação como método de pesquisa, que segundo Thiollent (2011) vem ganhando importância em diversos âmbitos de pesquisa, podendo exercer um papel importante na aprendizagem e nos estudos de pesquisadores e participantes envolvidos. Segundo esse autor, a pesquisa-ação é definida como:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p. 20)

Ao refletir com o seguimento professores da Comunidade Escolar, e observar a não existência da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico da Escola Dr. Dionísio de Magalhães, justifica-se a definição do procedimento da metodologia interventiva de pesquisa-ação como estratégia metodológica em caráter de pesquisa social, pretendendo sempre observar os aspectos apresentados por Thiollent (2011):

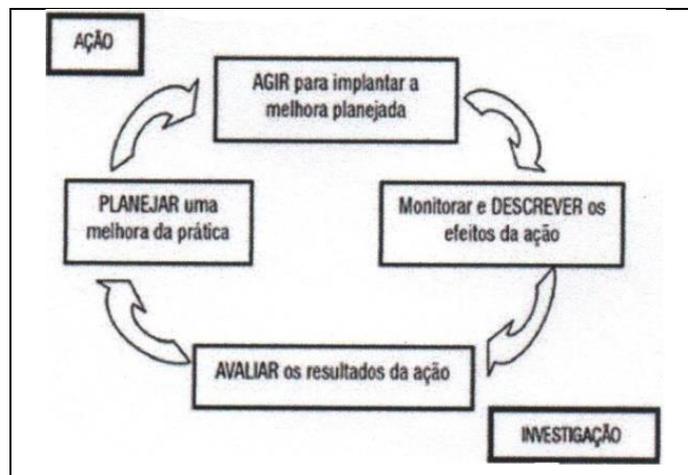
- a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados (THIOLLENT, 2011, p. 18-19).

Considerando os aspectos citados por Thiollent (2011) na escola Dr. Dionísio de Magalhães pretendemos que essas questões façam parte, mesmo sabendo das dificuldades da escola.

Na fase de definição da pesquisa-ação Thiollent (2011), esclarece dois objetivos da metodologia: o prático, que visa contribuir com uma avaliação do problema central da pesquisa, e, o objetivo de conhecimento, no qual obterá informações aumentando assim, o conhecimento de determinadas situações.

Em relação ao ciclo básico de reflexão-ação, a metodologia que está inserida nos inúmeros tipos investigação-ação, deve-se aprimorar a prática entre a ação e a investigação ao seu respeito, com planejamento e avaliação buscando um maior aprendizado ao longo do processo em relação à prática e a própria investigação (TRIPP, 2005). Para isso, o autor apresenta o ciclo da investigação-ação:

Figura 7 – Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação/ ação



Fonte: Tripp (2005, p. 446).

Considerando que esta pesquisa, além de ser pesquisa-ação também é intervencionista, pois tanto a temática de estudo, a Educação Ambiental, que requer ações de intervenção pedagógica a serem abordadas e dialogadas no âmbito escolar, como pelo envolvimento efetivo e porque não dizer afetivo que a pesquisadora tem como o objeto estudado (a escola e seus agentes).

De acordo com o Damiani (2012) a:

(...) pesquisas do tipo intervenção pedagógica (...) são investigações que envolvem o planejamento e a implementação de interferências (mudanças, inovações) – destinadas a produzir avanços, nos processos de aprendizagem dos sujeitos que delas participam – e a posterior avaliação dos efeitos dessas interferências. (...) As pesquisas de intervenção pedagógica são aplicadas, ou seja, têm por finalidade contribuir para a solução de problemas práticos. (DAMIANI, 2012, p. 58).

No caso da pesquisa realizada na EEEF Dr. Dionísio de Magalhães, visa refletir sobre alguns conceitos que envolvem a Educação Ambiental, legitimar através de ações e análise coletiva, buscando soluções para problemas práticos do cotidiano escolar.

A técnica utilizada para análise dos dados foi Análise Textual Discursiva, tendo como base Moraes (2003), ressaltando que:

Fazer uma análise rigorosa é, portanto, um exercício de ir além de uma leitura superficial, possibilitando uma construção de novas compreensões e teorias a partir de um conjunto de informações sobre determinados fenômenos. Exercitar uma leitura aprofundada e explorar uma diversidade de significados que podem ser construídos com base em um conjunto de significantes (MORAES, 2003, p. 196).

Sendo assim, foi necessário utilizar alguns passos para realizar esta análise, conforme descreve Moraes (2003), como a desconstrução dos textos do corpus (a unitarização), estabelecimento de relações entre os elementos unitários (a categorização) e o captar do novo emergente (nova compreensão comunicada e validada).

A desconstrução dos textos refere-se no processo de desmontagem dos textos, destacando assim os elementos que o constituem. Segundo Moraes (2003) implica em:

[...] colocar o foco nos detalhes e nas partes componentes, um processo de divisão que toda análise implica. Com essa fragmentação ou desconstrução dos textos, pretende-se conseguir perceber os sentidos dos textos em diferentes limites de seus pormenores, ainda que compreendendo que um limite final e absoluto nunca é atingido. É o próprio pesquisador que decide em que medida fragmentará seus textos, podendo daí resultar unidades de análise de maior ou menor amplitude (MORAES, 2003, p. 195).

Após a transcrição dos encontros, selecionei os textos e realizei a desconstrução dos mesmos, focando nos detalhes e partes importantes do processo. A partir desta fragmentação dos textos, de modo como aborda Moraes (2003) foi realizada a atividade de unitarização, surgindo as unidades de análise, sendo importante que o pesquisador saiba no momento das análises, quais são as unidades de contexto, atribuindo assim um código para cada unidade que indicam as suas origens.

Após a unitarização, procedemos a categorização, sendo ela de acordo com Moraes (2003):

[...] um processo de comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial da análise, levando a agrupamentos de elementos semelhantes. Os conjuntos de elementos de significação próximos constituem as categorias. A categorização, além de reunir elementos semelhantes, também implica nomear e definir as categorias, cada vez com maior precisão, na medida em que vão sendo construídas. Essa explicitação das categorias se dá por meio do retorno cíclico aos mesmos elementos, no sentido da construção gradativa do significado de cada categoria. Nesse processo, as categorias vão sendo aperfeiçoadas e delimitadas cada vez com maior rigor e precisão (MORAES, 2003, p. 197).

Durante este processo formaram-se os grupos de categorias, e independentemente dos métodos de sua produção, conforme o autor Moraes (2003), as categorias de um mesmo conjunto, precisam ser homogêneas, isto é, construídas a partir de um mesmo princípio uma mesma ideia.

3.4 Procedimentos metodológicos - Instrumentos

A pesquisa foi desenvolvida através de uma etapa exploratório-descritiva produzindo um diagnóstico da realidade em relação ao tema em questão. As informações foram coletadas através de análise de documentos como: Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico. Conforme Gil (2008) esse procedimento permite ao pesquisador o acesso à quantidade e qualidade aos dados, evitando a

perda de tempo e o algum constrangimento eventualmente ocasionado pela obtenção de relatos diretamente das pessoas.

De acordo com Phillips (1974), citado por Lüdke e André (1986), são considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam” ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano, sendo que estes documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Não é apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surge numa determinada circunstância e fornece informações sobre esse mesmo contexto (GUBA; LINCOLN, 1981 *apud* LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39).

A análise documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, mas existe uma diferença principal entre elas, a natureza das fontes. A pesquisa documental dispõe de materiais que não recebem um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa (GIL, 2008, p. 45), enquanto a bibliográfica utiliza-se das contribuições de diferentes autores sobre determinado assunto.

Conforme o instrumento diagnóstico de investigação utilizado como embasamento inicial, optou-se por um questionário com perguntas semi estruturadas e abertas enviadas por e-mail e grupo de WhatsApp, sendo os sujeitos da investigação professores da Escola; nesta etapa o objetivo foi buscar a concepção e entendimento dos envolvidos sobre a Educação Ambiental e tomar conhecimento da realidade social e do contexto, onde a Escola está inserida. Conforme Gil (2003) o questionário é o instrumento adequado para obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social.

O questionário foi aplicado, com o objetivo de buscar o entendimento dos envolvidos, embasar a situação atual e investigar que saberes e conhecimentos os professores trazem a respeito da Educação Ambiental.

Já no contexto da intervenção foi utilizada a técnica da roda de conversa virtual, por estarmos ainda em um momento pandêmico, alterações foram necessárias no desenvolvimento das intervenções. No qual fez parte a equipe diretiva, coordenação pedagógica, professores de anos iniciais e finais e professora de Atendimento Educacional Especializado além da minha presença que no contexto da pesquisa foi de pesquisadora/participante e não somente pesquisadora, pois sou professora de anos finais componente curricular - Ciências. Este registro é importante, pois não

considere na intervenção que como mestranda teria melhores informações sobre a temática que meus colegas, pelo contrário, procurei, durante as rodas virtuais, me apropriar de conhecimentos que para mim também eram novidades. Este aprendizado foi muito relevante para a análise dos resultados, e a mudança de percepção que eu também tive sobre muitos temas relacionados a problemática ambiental.

A roda de conversa virtual apresenta características próximas ao grupo focal, consiste em uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador, Morgan (1997, *apud* GONDIM, 2003, p. 151), contudo, certamente, não retrata com a riqueza de uma roda de conversa presencial, isto também era salientado a todo momento nas “nossas rodas”.

Minha atuação junto à roda de conversa virtual foi de intermediar o diálogo, mesmo observando muita resistência das colegas por estarem cansadas, sem tempo, sem motivação, devido à alta carga de trabalho online (plataforma, diário online, WhatsApp, aula síncrona via Meet), das capacitações obrigatórias em horários pré-determinados e pouco flexíveis, o serviço burocrático que a cada semana aumenta mais contribuindo para um esgotamento físico e mental.

Os instrumentos de avaliação foram observação, uso do WhatsApp⁶ e vídeo gravação. Após cada atividade desenvolvida foi solicitado um momento de reflexão, tendo como sugestão o envio por cada membro diretamente no grupo de WhatsApp criado para esta atividade ou no privado da pesquisadora (pois alguns participantes não se sentiam a vontade de expor suas análises no grupo, o que foi respeitado, nem por isto menos importante).

O último instrumento utilizado foi à gravação de vídeo dos encontros, sendo possível registrar o que em tempo real o aconteceu, para futuras reflexões e observações. Sadalla (2004) aborda que:

[...]a gravação de vídeo é uma forma de registro da imagem que conserva algo que já é passado; assim, a vídeo gravação pode restituir o presente [...] outra particularidade contida nesse procedimento é a facilitação do distanciamento emotivo necessário para a análise reflexiva do material registrado. Na observação direta, a carga emotiva que acompanha a situação a ser registrada dificulta uma percepção mais isenta e profícua do fenômeno a ser compreendido (SADALLA, 2004, p. 423).

⁶ Grupo de WhatsApp criado para facilitar a comunicação dos sujeitos envolvidos na pesquisa, considerando o momento pandêmico e a mesma a ser desenvolvida de forma virtual, através do Aplicativo Meet.

A gravação de vídeo disponibilizou uma retomada das conversas no decorrer dos encontros realizados, conforme Sadalla (2004) nos diz, facilitando o distanciamento, ajudando a pesquisadora a perceber detalhes que acabam passando despercebidos e das temáticas abordadas no momento da elaboração do relatório crítico reflexivo.

Logo, fazendo a utilização destes instrumentos (grupo de WhatsApp e vídeo gravação) foi possível analisar os dados coletados durante os encontros para construir o relatório buscando dialogar com os autores, construindo reflexões que poderão nortear novos caminhos de entendimento.

Cabe ressaltar que foi necessário o uso destas ferramentas digitais (aplicativos) devido à pandemia a qual impossibilitou as atividades presenciais tornando o isolamento social, um fato, uma das medidas de segurança adotadas para diminuir a circulação do vírus da Covid-19. Fazendo com que os professores se reinventassem, as escolas se reorganizassem para manter o vínculo com alunos e famílias, não sendo a forma ideal, mas real de educação.

Esta pesquisa considera as questões que envolvem o momento pandêmico, de acordo com a fala de Santos (2020) somos capazes ver através dessa pandemia, e como se materializa essas aparições, evidenciando as circunstâncias na qual estamos desenvolvendo o nosso trabalho – remotamente – a tecnologia foi e é a ferramenta mais utilizada no meio educacional atual, fazendo com que os educadores se reinventassem, esta pesquisa também se insere neste contexto de aprendizagem e reflexão do uso das ferramentas digitais e tecnológicas.

O planejamento das ações integra uma fase importante para evitar o improviso durante o processo, sendo apresentada uma proposta de ação para discussão e, de acordo com as necessidades do grupo foram sendo flexibilizadas.

Em um trabalho coletivo o diálogo, a partilha das ideias de pessoas com vivências diferentes que possam sentar e explanar suas opiniões, com respeito à diversidade e de forma organizada como considera Freire (1986):

[...] O diálogo não existe num vácuo político. Não é um “espaço livre” onde se possa fazer o que se quiser. O diálogo se dá dentro de um algum tipo de programa e contexto. Esses fatores condicionantes criam uma tensão para alcançar os objetivos que estabelecemos para a educação dialógica. Para alcançar os objetivos da transformação, o diálogo implica responsabilidade, direcionamento, determinação, disciplina, objetivos (FREIRE, 1986, p. 127).

Quando um grupo dialoga, em círculo, em rodas de conversa, a participação é valorizada e permite que todos possam opinar em relação ao assunto tratado. Warschauer (1993) apresenta como característica das rodas de conversa:

[...] reunir indivíduos com histórias de vida diferentes e maneiras próprias de pensar e sentir, de modo que os diálogos nascidos desse encontro, não obedecem a uma mesma lógica. São, às vezes, atravessados pelos diferentes significados que um tema desperta em cada participante (WARSCHAUER, 1993, p. 46).

4 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico vai revisitando os temas: Educação Ambiental, histórico da EA e políticas públicas que norteiam a problemática ambiental, sua importância e aspectos sobre a problemática ambiental do município de Arroio Grande.

4.1 Educação Ambiental

Neste capítulo, pretendo esclarecer em quais pressupostos a EA está baseada neste texto, elencando conceitos fundamentais e leis para sua compreensão e concretização, não esgotando o assunto, visto sua complexidade. No decorrer do texto, procuro explicar sobre suas interfaces, algumas vezes não trabalhadas em sala de aula, pois o que vejo é a constante reprodução de conceitos, sendo que sua abordagem vai além da visão reducionista (REIGOTA, 2009).

Desde as últimas décadas do século XX somos convocados a assumir uma postura nova no que se refere ao meio ambiente, tendo na educação a base para novas atitudes. Leff (2012) dialoga com esta perspectiva:

A educação ambiental traz consigo uma nova pedagogia que surge da necessidade de orientar a educação dentro do contexto social e na realidade ecológica e cultural onde se situam os sujeitos e atores do processo educativo. Por um lado, isto implica a formação de consciências, saberes e responsabilidades que vão sendo moldados a partir da experiência concreta com o meio físico e social, e busca a partir dali soluções aos problemas ambientais locais; isto vem questionar a tendência de adotar concepções homogêneas da realidade, imitando e aplicando modelos científicos, tecnológicos e sociais gerados nos países do Norte para a solução de problemas ambientais dos países do Sul (LEFF, 2012, p. 257).

A Educação Ambiental compete com inúmeros desafios – culturais, sociais, econômicos etc. - apresentando diferentes correntes de pensamentos, com os mais diferentes referenciais teóricos que ganhou espaço nos últimos anos no mundo acadêmico (LOUREIRO, 2006).

Neste sentido, Loureiro (2006, p. 132) considera que:

A educação ambiental integra propostas educativas oriundas de concepções teóricas e matrizes ideológicas distintas, sendo reconhecida publicamente no Brasil, como de inegável relevância para a construção de uma perspectiva ambientalista de mundo e de sociedade. (LOUREIRO, 2006, p. 132).

Neste contexto, o educador ambiental, além de promover o desenvolvimento de conhecimentos científicos prepara os estudantes para o exercício da cidadania, a fim de que compreenda não só seu papel na sociedade, mas também se habilite a transformá-la. Assim, a educação ambiental transformadora teria também o objetivo de promover a integração do ser humano ao seu ambiente buscando novos conhecimentos, valores e atitudes facilitando, tanto o educando como ao educador, no exercício da cidadania. Pois mais que aspectos técnicos de reversão dos impactos ambientais, tão comum em propostas “ambientais produtivistas”, os novos tempos necessitam de cidadãos dispostos a uma transformação do atual quadro socioambiental de toda a sociedade planetária (ROCHA *et al.*, 2013).

Essas concepções antagônicas começaram por volta da década de 1970, com uma disputa pela hegemonia nos mais variados blocos da EA: um lado o conservador ou comportamentalista, de outro, o transformador, crítico ou emancipatório (LOUREIRO, 2006) características vêm, de forma efetiva, nesta intervenção.

- busca da realização de autonomia e liberdades humanas em sociedade, redefinindo o modo com nos relacionamos com a nossa espécie, com as demais espécies e com o planeta;
- politização e publicização da problemática ambiental em sua complexidade;
- convicção de que a participação social e o exercício da cidadania são práticas indissociáveis da educação ambiental;
- preocupação concreta em estimular o debate e o diálogo entre ciências e cultura popular, redefinindo objetos de estudo e saberes;
- indissociação no entendimento de processos com: produção e consumo; ética, tecnologia e contexto sócio-histórico; interesses privados e interesses públicos;
- busca de ruptura e transformação dos valores e das práticas sociais contrárias ao bem-estar público, à equidade (sic) e à solidariedade. (LOUREIRO, 2006, p. 134).

Atualmente, a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795, aprovada em 27 de abril de 1999, é o documento norteador da EA no país. Em seu Art. 1, está expresso que:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua **sustentabilidade** (BRASIL, 1999, p. 01, grifo nosso).

De acordo com seu entendimento, Boff (2012), afirma que sustentabilidade se trata do:

(...) conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões (BOFF, 2012, p. 14).

Neste momento é oportuno explicar sobre cidadania, de acordo com Castro, Spazziani e Santos (2012, p. 163) é um conceito que “está ligado ao de civilidade”. Assim sendo, o cidadão é considerado uma “pessoa a qual se interage com a sociedade e que procura cumprir seus direitos.” (MEDEIROS, s/d, p.01 *apud* CASTRO; SPAZZIANI; SANTOS, 2012, p. 163). Dentre estes direitos estão:

- Ter acesso a bens coletivos, como ar e água;
- Ter acesso aos recursos naturais;
- Ter garantia de uso de patrimônio formado por áreas verdes, cursos d’água e nascentes (ACSELRAD, 1993, p. 07 *apud* CASTRO; SPAZZIANI; SANTOS, 2012, p. 163).

Loureiro (2012) ainda traz a definição de ecocidadania, o qual entende como uma superação dos conceitos de cidadania já formulados, ele nos diz:

Ecocidadania é um conceito consensualmente utilizado para expressar a inserção de uma nova ética – a ecológica – e seus desdobramentos na vida diária, em um contexto que, de modo crescente, possibilita a tomada de consciência individual e coletiva das responsabilidades, tanto locais e comunitárias quanto globais. Nesse conceito, amplia-se o sentimento de pertencimento à humanidade e a um planeta único, comumente identificado com a noção de cidadania planetária ou cosmopolita (LOUREIRO, 2012, p. 32).

Nesta passagem Loureiro (2012) reafirma que a edificação do conceito de ecocidadania foi possível graças à globalização. Fenômeno o qual se expandiu é a tradução de uma consciência adquirida na atualidade evidenciando que o planeta tem recursos naturais finitos.

Ainda segundo o autor, na consolidação da ecocidadania – plena e de fato - tão importante quanto a proteção às diversas formas de vida existentes no planeta ou o combate à poluição, é imprescindível também:

- Procurar compreender que a poluição é produzida de forma desigual;
- Que esse fenômeno também não atinge a todos com igual intensidade;
- Que o planejamento (urbano e rural) seja pressuposto para a conservação do ambiente natural;
- Buscar compreender, ainda com vistas à conservação dos espaços naturais, como ocorre a exclusão de boa parte da população, do processo de produção que impulsiona o desenvolvimento das grandes cidades.

O nível de exercício da ecocidadania é proporcional ao nível de consciência adquirido pelo sujeito. Quando um se apresentar débil, o outro certamente também estará (LOUREIRO, 2012).

Desta forma, o autor chama atenção para que, mesmo em locais onde a educação formal é referência, evidenciamos casos de descuido com os espaços coletivos e negligência com o meio ambiente. Loureiro (2012, p. 35) enumera fatores por essa ação contraditória, quando afirma que “Tal fato evidencia equívocos na escolarização, deficientes repercussão dos resultados do processo ensino-aprendizagem no cotidiano dos indivíduos ou, ainda, sua desvinculação com os problemas da vida fora das escolas”.

Conforme a autora, o posicionamento do educador ambiental enquanto educador/cidadão apresenta uma grande importância para atuar em um espaço tão heterogêneo quanto se trata do meio em que se vive, “um lugar de luta entre concepções, interesses e grupos sociais” (CARVALHO, 2012, p. 61).

Segundo a autora citada:

As práticas educativas, bem como as lutas socioambientais – sejam aquelas levadas pelos movimentos ecológicos ou por movimentos populares que incorporam a questão ambiental – podem ser compreendidas como parte desse conjunto heterogêneo de valores e ações constitutivas do campo. E, neste sentido, representam uma das possibilidades de agenciamento de uma sensibilidade de valorização da natureza enquanto bem estético e vital, com as lutas pelo direito aos bens ambientais e à qualidade de vida (CARVALHO, 2012, p. 62).

De acordo com Pádua e Tabanez (1998), uma relação equilibrada entre as pessoas e o meio ambiente passa seguramente pela EA, pois esta proporciona uma autêntica mudança de valores, acessão de conhecimentos e aperfeiçoamento de aptidões necessárias para a sustentabilidade. Reigota (2009, p. 97), nos diz que a EA pode ser considerada “uma das mais importantes exigências educacionais contemporâneas não só no Brasil”.

Conforme o autor, “(...) ela não está vinculada à transmissão de conhecimentos sobre a natureza, mas sim à possibilidade de ampliação da participação política dos cidadãos e cidadãs” (REIGOTA, 2009, p. 97). Sendo assim, a EA está dedicada a tentativa de construir uma sociedade para as gerações futuras com justiça social e sustentabilidade.

O nosso mestre Freire (1996), ao tratar do tema, também estabelece uma relação entre a questão ambiental e a educação, a política, a pobreza, a saúde e a ética, reforçando a necessidade de aproveitar a experiência de vida dos alunos para discutir problemas ligados à poluição, aos baixos níveis de bem estar das pessoas, dos lixões que são risco à saúde das populações mais pobres. Concebendo a escola como uma instituição que não transforma a sociedade, mas pode ajudara formar sujeitos capazes de fazer a transformação da sociedade, do mundo e de si mesmos.

Desta maneira fazem-se necessárias atitudes urgentes em todo mundo quanto a uma conscientização das pessoas que as levem a gerar novos conceitos sobre a importância da preservação do meio ambiente no dia a dia, nisto a educação ambiental é uma ferramenta que contribuirá significativamente neste processo de conscientização sobre um mundo melhor no futuro. Neste sentido, Reigota (2012) afirma que:

Ser educador ambiental é uma identidade, um reconhecimento de si muito mais que uma profissão como outra qualquer (...). Uma pessoa que se considera em profissional de educação ambiental (...) não negligência nem coloca em segundo plano a sua militância e seu compromisso político de construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável (REIGOTA, 2012, p. 93).

Segundo Reigota (2012), ser um educador ambiental vai além de ser um profissional da educação, é preciso reconhecer-se nesse contexto, ter pertencimento e compromisso, apropriando-se das políticas públicas ambientais, lutando por uma melhor qualidade de vida.

Nesta dimensão, processo educativo não se constrói sozinho, depende dos sujeitos envolvidos no processo, e a temática trabalhada nessa pesquisa trata da análise da EA no contexto escolar a partir do olhar docente analisando de forma comprometida as o contexto da EA na escola.

As concepções dos professores influenciam sua prática pedagógica e sua intervenção no processo ensino-aprendizagem, pois como nos falava o mestre Freire (1977), a educação não é neutra, como também não o é a ciência.

A educação que, não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável (FREIRE, 2000, p. 58).

Percebo que o trabalho do professor só faz sentido quando há construção de um novo ser humano e essa construção compreende a passagem do senso comum ao senso crítico, é essa prática entendida como práxis pedagógica.

Loureiro e Franco (2014), ao citarem Marx, percebem que este filósofo já revelava a estreita relação homem-trabalho-natureza quando nos diz “O trabalho é, em primeiro lugar, um processo de que participam igualmente o homem e a natureza, e no qual o homem espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza” (MARX, 1982, p. 197). O trabalho se relaciona com a visão de mundo que cada ser humano possui, e se traduz na “[...] máxima consciência possível de sua atividade” de acordo com suas convivências sociais e interações com o meio natural (LOUREIRO; FRANCO, 2014, p. 160).

Os seres humanos são criadores dos objetos de suas necessidades e “(...) vendem sua força de trabalho para adquirir os meios de subsistência que permitem a sua reprodução” (LOUREIRO; FRANCO, 2014, p. 162). Por vezes, os trabalhadores encontra-se em circunstâncias em que essa força de trabalho é explorada, em condições insalubres, com remunerações não condicentes com seus esforços e aptidão intelectual.

A ação política se faz necessária, na tentativa de vencer situações de opressão entre empregados e empregadores, pois se “uma radical transformação das estruturas da sociedade, que explicam a situação objetiva em que se acham, não se der, eles continuarão explorados da mesma forma”. (FREIRE, 2002, p.159 *apud* LOUREIRO; FRANCO, 2014, p. 164).

Essa conscientização requer um posicionamento por parte do indivíduo, tornando-se assim, ato político. Uma postura que impossibilita o ser humano de permanecer na neutralidade (LOUREIRO; FRANCO, 2014).

Em outra dimensão, essa conscientização, leva a uma consciência de classe, onde os trabalhadores compreendem a necessidade que os empregados têm de dividi-los, a fim de assegurar o processo de dominação (LOUREIRO; FRANCO, 2014).

Assim, o fortalecimento da cidadania, com a participação efetiva dos sujeitos nas definições de políticas públicas, passa diretamente pelos movimentos sociais, agindo legítima e democraticamente em defesa dos direitos de todos os indivíduos, sem distinção de classe, etnia, gênero ou credo religioso. Zapatta (2001) corrobora com o que foi exposto ao dizer que “A efetiva participação eleva o ator à condição de agente da mudança e a comunidade organizada à de protagonista pró-ativa do processo de gestão social” (ZAPATTA, 2001, p. 117 *apud* LOUREIRO, 2003, p. 78).

A partir do momento em que o ser participa como cidadão para a mudança na realidade de vida local, se descobrindo com forças para agir (transformação individual), ocorrerá, gradualmente, uma transformação coletiva. Desta forma o grupo todo se fortalece, se emancipa (LOUREIRO, 2003). O papel da educação para este fim é descrito da seguinte maneira pelo autor:

A tarefa educativa, baseada na ação dialógica e participativa, tem por objetivo a formação da consciência humana, o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo e da coletividade, para elevar a qualidade dessas relações interpessoais e intergrupais. É preciso que a educação promova a humanização do cotidiano, sem medo do convívio com a contradição e o conflito. Estes últimos podem ser concebidos como oportunidades de exercitar a liberdade de escolha e de avaliação crítica no fazer pedagógico, servindo, inclusive, para reorientar a prática num sentido de maior convergência em torno de projetos e interesses comuns (LOUREIRO, 2003, p. 79).

Desta forma é necessário que os educadores ajam de forma colaborativa, transformando os locais pedagógicos em ambientes de sensibilização, de trocas, de vivências, para desenvolver nos jovens a criticidade a justiça social e ambiental tanto

local como global. É necessário que o educador ambiental faça do diálogo sua prática constante em sala de aula, estimulando nos alunos a responsabilidade social, tomada de decisão, cooperando para intervir com solidariedade.

Loureiro (2003, p. 82) aponta, dentre outras estratégias didáticas, os “(...) debates, vivências de atividades, leitura de textos de apoio e de informações relevantes (...)”, bem como a “(...) elaboração conjunta de propostas de ação e intervenção local (...)”, como próprias para alcançar estes objetivos. Intercalar essas estratégias, segundo Loureiro (2003), imprime dinamismo ao processo pedagógico.

O Capítulo II das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012, p. 03), em seu parágrafo único, assegura que “os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender de forma pertinente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental”. Sabe-se que, infelizmente, nem sempre isso acontece da forma esperada e os educadores, por não saberem lidar com seu aspecto interdisciplinar “(...) tendem a relacioná-la a práticas específicas (como a coleta seletiva de lixo ou a organização de hortas) ou a considerar que qualquer observação do cotidiano ou regra de civilidade é o desenvolvimento da EA” (VASCONCELLOS, 2011, p. 263).

Dessa forma os docentes acabam desprezando o entendimento integral da EA, trabalhando de forma pontual os conceitos e conteúdos de forma compartimentada em componentes curriculares que não interagem. A EA configura em um lento e contínuo processo que amplia nossa visão de mundo com relação a forma com que as pessoas estão inseridas no mundo, com intenção de respeitar o próximo e todas as formas de vidas existentes.

O aumento do debate em relação a escola pública ocorreu principalmente a partir do século XIX em países da Europa, com a expansão da industrialização que exigia uma mão de obra cada vez mais qualificada. No Brasil, a partir dessa contextualização, a escola foi sendo organizada entre o período do final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. (PEREIRA; FELIPE; FRANÇA, 2013).

Conforme Pereira, Felipe e França (2013), a escola brasileira, nas primeiras décadas do século XX, apesar de ter como meta a escolarização das camadas populares, integrava somente aqueles pertencentes aos setores do trabalho urbano, ficando de fora os pobres, os povos originários, os miseráveis e os negros, que só efetivamente começaram a ter algum espaço por volta de 1920, mas no contexto da

expansão capitalista, a elite brasileira preocupava-se com a preparação de mão de obra para o mercado de trabalho.

O avanço tecnológico, o acesso à informação, as questões ecológicas, as questões sociais, a necessidade de repensar a educação nessas outras sociedades, têm instigado os docentes a repensar seriamente a escola e seu fazer pedagógico. Assim, Saviani (1980) destaca:

Um processo que se caracteriza por uma atividade mediadora no seio da prática social global. Tem-se, pois, como premissa básica que a educação está sempre referida a uma sociedade concreta, historicamente situada. [...] Como atividade mediadora, a educação se situa em face das demais manifestações sociais em termos de ação recíproca. A fim de determinar o tipo de ação exercida pela educação sobre diferentes setores da sociedade, bem como o tipo de ação que sofre das demais forças sociais é preciso, para cada sociedade, examinar as manifestações fundamentais e derivadas, as contradições principais e secundárias. (SAVIANI, 1980 p. 120).

Segundo Saviani (1980), o papel da escola está relacionado à difusão de conteúdos vivos, concretos, indissociáveis da realidade, fornecendo um instrumental ao aluno para participar da sociedade em busca de sua democratização.

Conforme Libâneo (1989, p. 38-40), o melhor serviço da escola aos interesses populares é a apropriação do saber, contribuindo para sua democratização, principalmente contribuindo para eliminar a seletividade social. O autor alerta que os docentes vêm sendo acusados de domesticadores, tecnicistas, inculcadores de ideologia da submissão e a partir dessas críticas, têm assumido reações. Alguns docentes absorvem este conteúdo, repetindo-o; outros apresentam uma autonegação do seu trabalho e outros ainda se retraem na forma de espectadores (LIBÂNEO, 1989, p. 49).

4.2 A Educação Ambiental e as Políticas Públicas no Brasil

A Educação Ambiental surge como uma das possíveis estratégias para o enfrentamento da crise civilizatória de ordem social e cultural, sua perspectiva crítica e emancipatória visa à deflagração de processos em que a busca por mudança não pode ser dissociada da realidade que nos cerca. Assim, Boff (2011) nos diz:

O cenário planetário de crise ambiental e de valores que vivemos, em função desse modelo econômico insustentável de extração de bens e serviços da natureza, produção e descarte de resíduos, provocando a injustiça social, exige uma reflexão-ação no sentido de uma mudança que se constitui em um grande desafio para o ser humano na atualidade, só podem ocorrer a partir da construção de visões de mundo capazes de perceber, compreender e aprender uma nova forma de convivência entre os seres humanos, baseadas na ética do cuidado que orienta: na defesa da vida e das relações solidárias e pacíficas entre os seres humanos e com os demais seres da natureza. (BOFF, 2011, p. 27)

Segundo Boff (2011) a problemática ambiental é uma questão pungente e precisa ser combatida. As tribulações socioambientais as quais envolvem a todos os seres humanos têm atingido proporções planetárias, que vem atingindo patamares de destruição ambiental nunca visto antes em nenhuma fase da humanidade. Nesse sentido, a Educação Ambiental se tornou uma importante tática para a formação de pessoas críticas para uma sociedade mais equilibrada.

De acordo com Reigota (1996) a percurso da Educação Ambiental teve inicio com grupos pequenos de pessoas os quais se aproximavam para discutir formas pedagógicas e educativas, para diminuir os impactos gerados pelo crescimento populacional e pela industrialização.

Com o passar dos anos surgiram diversas opiniões em relação aos problemas ambientais, países industrializados depositavam a culpa no crescimento populacional enquanto países menos desenvolvidos defendiam que a destruição dos recursos naturais e a poluição gerada por multinacionais era o preço pago pelo progresso e evolução.

Os estudos reconhecem a potencialidade da educação, principalmente quando incorporada a temática socioambiental, para a construção tanto de relações sociais quanto ambientais mais igualitárias, justas e mais sustentáveis.

Nessa perspectiva ao direcionar a uma educação problematizada e dialógica com a inclusão da questão socioambiental, as pessoas assumem-se como agentes de mudança contribuindo para a modificação de suas realidades. Assim, a educação ambiental tem um grande desafio, a reformulação das relações sociais, o que nos aponta Logarezzi (2012):

(...) nas palavras do Mestre Freire: “sem o homem e a mulher o verde não tem cor”. Por isso a educação ambiental – ou a educação socioambiental, ou simplesmente a educação - deve ser um ato político em busca de transformação do mundo com as pessoas que se põem a dialogar sobre suas questões relevantes, problematizando-as à procura de soluções humanizadoras (LOGAREZZI, 2012, p.165).

Para Logarezzi (2012), em consonância com Freire, a educação como ato político transforma as pessoas que, conseqüentemente, buscarão dialogar por soluções humanizadoras no contexto socioambiental.

Logo, com a intenção de analisar as potencialidades da educação ambiental, serão apontados momentos dessa trajetória ao longo do tempo.

Em 1972 a ONU (Organização das Nações Unidas) organizou em Estocolmo – Suécia, a Primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente, por entender que os problemas ambientais alcançavam níveis alarmantes. Após essa conferência, várias pessoas começaram a defender a ideia de que a educação ambiental seria uma oportunidade de diminuir os problemas ambientais.

A Conferência de Estocolmo é amplamente reconhecida como um marco nas tentativas de melhorar as relações do homem com o Meio Ambiente, e também por ter inaugurado a busca por equilíbrio entre desenvolvimento econômico e redução da degradação ambiental (poluição urbana e rural, desmatamento, etc.), que mais tarde evoluiria para a noção de desenvolvimento sustentável.

O histórico de criação de políticas públicas de Educação Ambiental em âmbito federal no Brasil teve início em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), cuja atribuição, dentre outras era “o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente” (BRASIL, 2005, p. 22).

Apenas em 1981, a EA apareceu pela primeira vez em um marco legal federal, inserida como um princípio da Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981). Posteriormente em 1988, sua importância foi reforçada com o destaque da Constituição Federal, artigo nº 225, como uma forma de se assegurar o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e também de defesa e preservação ambiental para as gerações presentes e futuras (BRASIL, 1988).

Na década de 1990, a EA ganhou maior espaço nas discussões em diversos setores da sociedade - inclusive nas instituições de ensino-, momento este ocasionado principalmente pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e

Desenvolvimento, conhecida como RIO-92, ocorrida no Rio de Janeiro, onde pela primeira vez se teve a participação expressiva da população, fato esse de grande importância, pois durante o evento foram criados diversos documentos como a Agenda XXI e o Tratado sobre Educação Ambiental.

Com as influências da ECO-92, anteriores e posteriores, a EA passou a se fazer mais presente em diferentes instâncias governamentais, como no Ministério da Educação (MEDINA, 1997) e no Ministério do Meio Ambiente. Em 1994, apoiando esse fortalecimento, o governo federal criou o Programa Nacional de Educação Ambiental, documento que, ao longo de sua história, estará sujeito a constantes revisões públicas. (BRASIL, 2005).

A Lei nº 9394/96, instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos diz que na formação básica do cidadão seja garantida a compreensão do ambiente natural e social; que a educação tem como uma das finalidades a preparação para o exercício da cidadania. Na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) os objetivos e princípios da EA combinam-se com os gerais da educação apresentados na LDB, no artigo 32 afirma que o ensino fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante “(...)a compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”. No artigo 36, O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, (...) conforme relevância para contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: III- Ciências da Natureza e suas tecnologias (...). A educação ambiental vai avançando na direção a construção da cidadania criteriosa, incentivando relações mais justas entre seres que habitam o planeta e os demais seres humanos, para a construção de um futuro socialmente justo, sadio e sustentável.

Em 1997, o ministério da Educação elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) onde indica que a EA deve ser trabalhada dando ênfase nos aspectos sociais, econômicos, políticos e ecológicos. Tem como proposta pedagógica para sala de aula oportunizar uma abordagem ambiental integrada, entre disciplinas, sociedade e problemas específicos.

O documento (PCNs), aborda a questão ambiental a partir de um breve histórico e discorre sobre o reconhecimento da existência de uma crise ambiental que muito se confunde com um questionamento do próprio modelo civilizatório atual, apontando para a necessidade da busca de novos valores e atitudes no relacionamento com o

meio em que vivemos. Enfatiza, assim, a urgência da implantação de um trabalho de Educação Ambiental que contemple as questões da vida cotidiana do cidadão e discuta algumas visões polêmicas sobre essa temática (PCNs, p. 169).

A preocupação em relacionar a educação com a vida do aluno — seu meio, sua comunidade — não é novidade. Ela vem crescendo especialmente desde a década de 60 no Brasil. Exemplo disso são atividades como os “estudos do meio”. Porém, a partir da década de 70, com o crescimento dos movimentos ambientalistas, passou-se a adotar explicitamente a expressão “Educação Ambiental” para qualificar iniciativas de universidades, escolas, instituições governamentais e não governamentais por meio das quais se busca conscientizar setores da sociedade para as questões ambientais. Um importante passo foi dado com a Constituição de 1988, quando a Educação Ambiental se tornou exigência a ser garantida pelos governos federal, estaduais e municipais (artigo 225, § 1º, VI) (PCNs, p. 181).

Na Lei nº 9795/99, Lei da Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pelo Decreto nº. 4281, de 25 de junho de 2002, a educação ambiental é considerada componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. Em conformidade com a lei e com os dispositivos constantes na Constituição Federal, a Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012, do Ministério da Educação, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, com o objetivo de estimular a reflexão crítica e orientar os cursos superiores e sistemas educativos na formulação, execução e avaliação de seus projetos institucionais e pedagógicos.

Recentemente, nas primeiras décadas do século XXI, realizou-se também no Rio de Janeiro mais uma Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), com o objetivo central discutir a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável⁷.

Nesse sentido, em 2002, foi instituída, no Rio Grande do Sul, a Política Estadual de Educação Ambiental, Lei nº 11730/02 (RIO GRANDE DO SUL, 2002), criando o Programa Estadual de Educação Ambiental, que complementa a lei federal, no âmbito

⁷ Atualmente o conceito de desenvolvimento sustentável indica claramente o tratamento dado à natureza como um recurso destinado aos objetivos de mercado, cujo acesso é priorizado a parcelas da sociedade que detêm o controle do capital. Este paradigma mantém o padrão de desenvolvimento que produz desigualdades na distribuição e no acesso a esses recursos, produzindo a pobreza e a falta de identidade cidadã (SORRENTINO *et al.*, 2005, p. 289).

estadual a qual dispõe sobre a Educação Ambiental e seus princípios, objetivos e campos de atuação, visando a garantia do envolvimento ativo e permanente da comunidade escolar na defesa da qualidade socioambiental onde está inserida.

Sendo criado em 2008 o Código do Meio Ambiente do município de Arroio Grande, o qual designa orientações sobre EA a nível municipal. Por conseguinte em 2020, foi sancionado e promulgado o Código do Meio Ambiente Estadual, Lei nº 15434 de janeiro de 2020, o qual apresenta um capítulo que dispõe sobre a Educação Ambiental.

Nesse cenário, a EA surge como um campo a ser implementado, tendo em vista a crescente degradação dos recursos naturais, que vitima todo planeta. Assim, como contribuição dos encontros (Rio +20) vem sendo promovidos questionamentos sobre a forma de ocupação e exploração que o homem tem destinado ao meio ambiente natural, e por consequência ao ambiente cultural e social. Dessa forma, nasce a preocupação de dotar a EA de argumentos sólidos os quais possibilitem uma maior e melhor entendimento das questões socioambientais que envolvem a todos.

Esses eventos apresentam ora avanços ora recuos, demonstram as tentativas de criação de estratégias em diferentes formas, do local para o global ou vice-versa, com vistas a construção de uma sociedade mais equilibrada. Porém essas tentativas acabam esbarrando em sociedades classistas e neoliberais, cujos interesses que prevalecem pertencem a uma minoria.

4.3 A Educação Ambiental em Arroio Grande

A Lei Municipal nº 2395/2008, a qual institui o Código do Meio Ambiente do Município de Arroio Grande/RS apresenta o capítulo II, referente a EA municipal, no qual considera um instrumento indispensável para a consecução dos objetivos de preservação e conservação ambiental, implantação de programas assegurando seu caráter interinstitucional a qual será promovida em todas as áreas de ensino, conforme os artigos citados abaixo.

Art. 11 – A Educação Ambiental é considerada um instrumento indispensável para a consecução dos objetivos de preservação e conservação ambiental estabelecidos na presente lei.

Art. 12 – O Município incentivará a implantação de programas de Educação Ambiental, assegurando o caráter interinstitucional das ações desenvolvidas.

Art. 13 – A Educação Ambiental será promovida:

I – Na rede municipal de ensino, em todas as áreas do conhecimento, e no decorrer de todo o processo educativo, em conformidade com os currículos e programas elaborados pela Secretaria Municipal de Educação em articulação com o órgão ambiental do Município;

II – Pelos segmentos da sociedade, em especial aqueles que possam atuar como agentes multiplicadores através dos meios de comunicação e por meio de atividades desenvolvidas por órgãos e entidades do Município;

III – Junto às Entidades e Associações Ambientalistas, por meio de atividades de orientação técnica;

IV – Por meio de instituições específicas existentes ou que venham a ser criadas com este objetivo.

Neste sentido a legislação ambiental do município de Arroio Grande é genérica contemplando a EA é conservadora não deixa explicitado a forma com a qual a política pública ocorrerá, nem mesmo a forma que será incentivada deixando em aberto sua execução pela sociedade pública e privada. Talvez por isso não esteja de forma clara nos documentos da escola, ficando apenas na transversalidade.

De acordo com as diferentes visões de mundo que constituíram a EA, ao longo da história, da pluralidade de perspectivas pedagógicas inerentes à sua prática, muitas são as possibilidades de entendimento dos conceitos associados à dimensão ambiental. Contudo, chamam a atenção as ações em EA que ainda hoje se apresentam fragilizadas, mesmo com essa crescente difusão, sobretudo nos processos educativos (GUIMARÃES, 2004). Na maior parte das escolas, a EA geralmente é trabalhada de forma fragmentada e descontextualizada, o que caracteriza as práticas conservadoras, como demonstram os resultados obtidos na pesquisa “*O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?*” elaborada pelo MEC em 2005 (TRAJBER; MENDONÇA, 2006). Em razão dessas práticas, a inserção da EA tem sido basicamente por três caminhos: projetos, disciplinas especiais e inserção da temática ambiental nas disciplinas.

Paulatinamente é requerido do profissional de educação habilidades e competências as quais são adquiridas ao longo da docência, na interação teoria e prática e não apenas na graduação.

Por isso é tão importante investigar os discursos presentes no campo da EA, nos documentos oficiais que definem as diretrizes e suas políticas públicas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico irei discorrer sobre como ocorreu a pesquisa, na primeira fase com a análise documental, análise dos questionários depois na segunda fase após a qualificação, os temas utilizados para embasamento teórico das intervenções e a análise das falas dos colegas após encontros. Nos quadros trazem a transcrição literal das falas dos participantes.

5.1 Descrições dos Encontros

Na primeira etapa da proposta de intervenção foram empregadas as seguintes estratégias:

- a) Análise documental nos documentos como PPP, Regimento Escolar onde foi possível perceber a não existência do tema EA nos documentos oficiais;
- b) Análise dos questionários aplicados à equipe diretiva, professores e funcionários, que identificaram os aspectos relevantes à concepção deles quanto a Educação Ambiental;

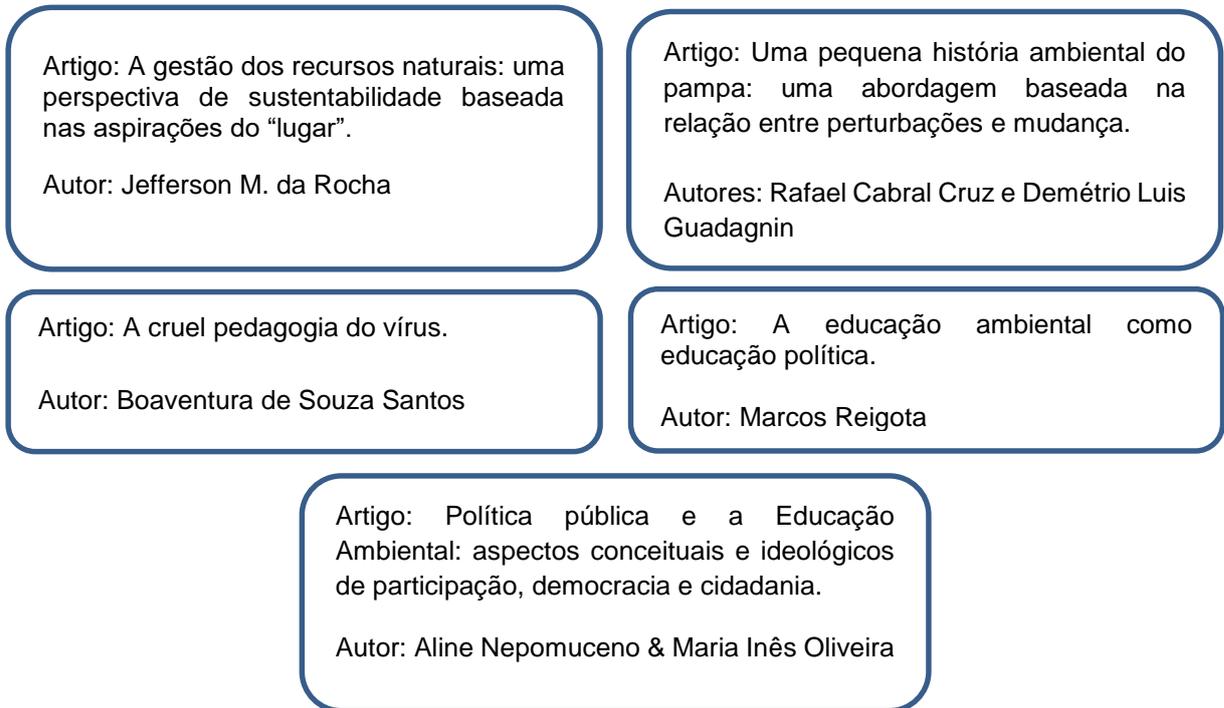
Na segunda etapa, a intervenção teve início após a qualificação do projeto. O diagnóstico sistematizado na etapa anterior (projeto) auxiliou na organização da proposta a partir de elementos pertinentes ao contexto do campo de pesquisa e da formação dos participantes, com as seguintes ações:

- c) organização dos encontros pelo Google Meet com os sujeitos da pesquisa propondo mediar experiências teóricas e práticas envolvendo ações de sustentabilidade.

Na prática foram quatro encontros síncronos com um tempo médio de duração de 2 horas pelo Google Meet e quatro atividades assíncronas (estudos individuais de artigos e vídeos para subsidiar o grupo sobre os temas tratados).

A partir das intervenções foi pensada a elaboração de um produto: uma cartilha de Práticas de Educação Ambiental na escola Dr. Dionísio de Magalhães, porém devido à baixa participação dos colegas, os quais estão com exaustão física e mental, optei por adaptar ações as quais poderão servir de subsídios para que o tópico Educação Ambiental possa ser incorporado nos futuros documentos da escola como Regimento e PPP.

Figura 8 – Artigos utilizados nas atividades assíncronas



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2021).

Encontro 1 – Meio Ambiente e sustentabilidade

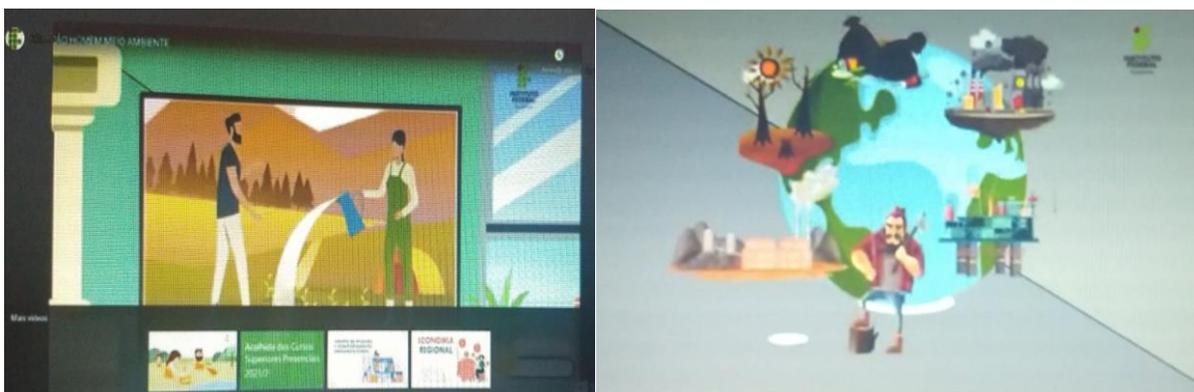
No primeiro momento agradei a presença de todos pela participação voluntária, salientando as modificações necessárias, transformação do formato de presencial em remoto, sendo este muito utilizado desde 2020 tendo seguimento em 2021, haja vista a continuidade da pandemia de Covid-19. Dando continuidade passei a palavra ao Prof. Dr. Jefferson Marçal Rocha, Universidade Federal do Pampa (PPGEdu), o qual fez a sua apresentação, agradecendo por estar conosco neste projeto, bem como abordando sobre a metodologia utilizada neste momento, a qual não é a ideal, mas algo estratégico para seguirmos as atividades, onde o remoto serve para essa excepcionalidade. Apresentou o funcionamento do Mestrado Profissional em Educação, bem como as suas características, o qual está relacionado diretamente à educação básica. Logo, abordou o Projeto ressaltando que não seria uma formação, mas que os participantes sejam coparticipes neste processo despedindo-se, colocando-se à disposição, destacando que a pesquisa do mestrado tem esse caráter de ser o que o professor faz durante toda a vida, pois todo professor é um pesquisador.

Expliquei aos colegas como tinham sido coletados os dados até aqui estudados, análise dos documentos como o PPP, Regimento e entrevistas. Repassei a ideia para o grupo de montarmos um material – Cartilha -, chamada de Práticas de Educação Ambiental na Escola Dr. Dionísio de Magalhães, contendo vários olhares, estudando e construindo a cada encontro. Como os mesmos foram realizados pela plataforma Google Meet, utilizou-se ferramenta gravação como uma das formas de avaliação com devida autorização do grupo.

Em um segundo momento foi realizada uma breve apresentação com a utilização de slides sobre o histórico da Educação Ambiental no Brasil e no Mundo, como essa temática vem se modificando, mencionando as legislações em todos os âmbitos federal, estadual e municipal evidenciando a crescente preocupação da população em geral com o tema o qual vem sendo defendido e dialogado com muita ênfase nos últimos tempos, dando como exemplo as conferências de Meio Ambiente que aconteceram em diversos países.

Logo após foi apresentado para discussão uma animação sobre sustentabilidade e Meio Ambiente na qual mostrava as ações realizadas desde o início da revolução industrial pelo homem e suas consequências ao planeta.

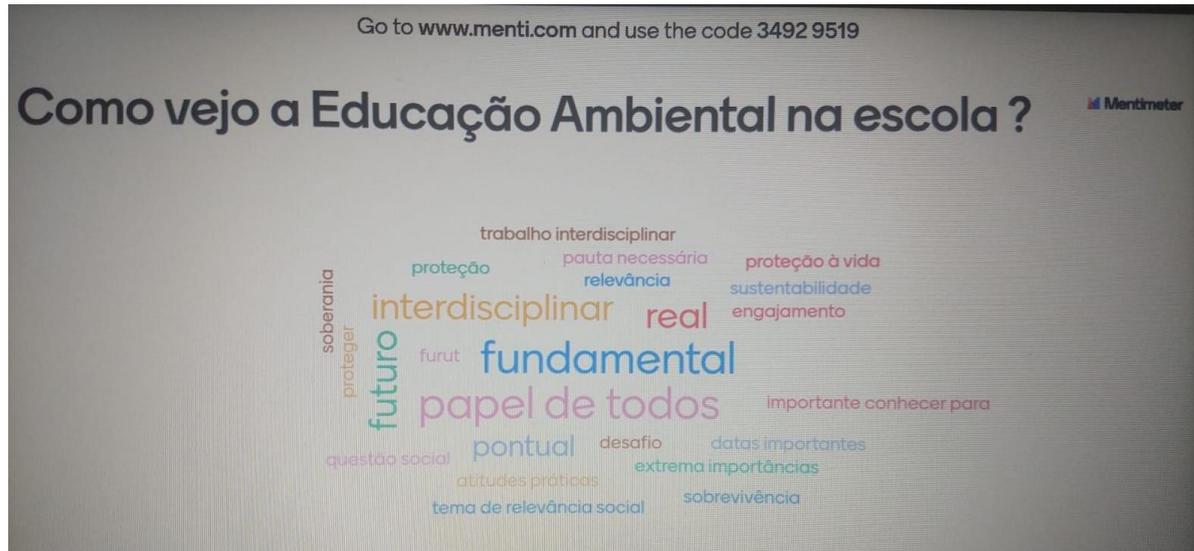
Figura 9 – Animações sobre Meio Ambiente



Fonte: Acervo da pesquisadora/2021.

Destaquei a importância da opinião de cada um, e com a isso foi pedido para que refletissem e criassem de forma coletiva uma nuvem de palavras com a reflexão: Como vejo a Educação Ambiental nas escolas? utilizando o aplicativo Mentimeter. Subsidiando à construção de um material que possa ser utilizado posteriormente na escola sobre esta temática.

Figura 10 – Nuvem de palavras



Fonte: Acervo da pesquisadora/2021.

Encaminhando-se para o término do encontro enviei o artigo no Grupo de WhatsApp - **A gestão dos recursos naturais: uma perspectiva de sustentabilidade baseada nas aspirações do “lugar”** - para que os participantes fizessem a leitura e logo após respondessem as questões reflexivas sobre o tema: Questão 1 - Como vejo as questões ligadas a sustentabilidade no âmbito escolar? Questão 2 – Você trabalha questões ambientais no seu componente curricular? De que forma? Questão 3 – Sugestões de como trabalhar a sustentabilidade em uma perspectiva interdisciplinar?

Figura 11 – Questão 1 - Como vejo as questões ligadas à sustentabilidade no âmbito escolar?

PARTICIPANTE 1 - Vejo com extrema importância, sou filho de uma bióloga, então sempre tive presente, desde pequeno o incentivo de olhar o meio ambiente como minha própria casa, pois não há “fora”, dentro do “jogar fora”, pois tudo continua aqui, da mesma forma que sei que precisamos começar a produzir as coisas de maneira sustentável, para poupar o planeta em que nós vivemos. Infelizmente não são todos os alunos que, assim como eu, são filhos de biólogos / ecólogos, e muitos dos pais não sabem da importância da preservação e da sustentabilidade, logo o único lugar que as crianças terão para conhecer é a escola. Uma vez as crianças conhecendo e agindo dentro do ambiente escolar, incentiva-os a praticar as mesmas ações em casa também, ampliando o leque da sustentabilidade.

PARTICIPANTE 2– A educação ambiental no meio escolar considera que tenha avançado muito através de projetos, feiras e nas atividades diárias. Penso que os alunos demonstram interesse no assunto e motivam-se com facilidade.

PARTICIPANTE 4 – A educação ambiental é um processo de conscientização que busca despertar a preocupação para questões sustentáveis, com o objetivo de sensibilizar e mudar os hábitos para práticas ambientalmente mais aconselhadas e quanto a isso acho que a nossa escola está no caminho certo, pois sempre que possível, através de conversas informais, projetos escolares e participação em feiras, esse tema é bastante discutido. Cabe salientar que disponibilizamos de 5 kits de lixeiras seletivas, distribuídas no pátio da escola e as merendeiras utilizam os restos de legumes (talos e cascas) como adubo na horta escolar.

PARTICIPANTE 7– A educação ambiental na escola é necessária pois ajudará as crianças a entenderem que ao cuidar do meio ambiente que acerca, não estão cuidando só de si mesma, mas também dos outros.

PARTICIPANTE 9 – Percebo uma tentativa de abordar o tema em alguns momentos específicos do ano, isto é somente em datas definidas no calendário, como dia da água e árvore.

PARTICIPANTE 6 – Pouco difundidas e minimamente abordadas por algumas disciplinas.

PARTICIPANTE 5 – Quando falamos em educação ambiental na escola geralmente esta ideia está associada à determinada prática de limpeza de um lugar poluído por exemplo, que é realizado naquele dia.

Fonte: A autora/2022.

Figura 12 – Questão 2 – Você trabalha questões ambientais no seu componente curricular? De que forma?

PARTICIPANTE 1 – Sim. Por mais que com bastante limitações, a área das linguagens tem sua vantagem: temos liberdade (e dever) de trabalharmos textos de todos os assuntos, inclusive questões ambientais e sustentabilidade. Dentro do inglês isso se dá a partir de charges, cartazes, enfim, diversos gêneros textuais em inglês – e conseqüentemente textos de origem estrangeira, que ampliam a visão de mundo dos estudantes.

PARTICIPANTE 2 – A escola tem a separação do lixo, plantio de árvores, área de lazer com verde. Entendemos que esse assunto é bem amplo, mas acreditamos que estamos fazendo a nossa parte enquanto educadores. Falar de meio ambiente residindo em cidade pequena onde não há queimadas, desmatamento expressivo, contaminação do solo, ar poluído, com fauna e flora bem restrita parece tudo realmente muito distante dos alunos.

PARTICIPANTE 3 – Na minha disciplina procuro evidenciar que a natureza regenera-se, porém é um processo lento, então temos que estar atentos a questões relacionadas ao futuro. Como as ações humanas interferem no progresso ou não das regiões. Um exemplo disso são as diferenças históricas de vida do norte (minifúndios) e do sul (latifúndios) do RS. Aqui em AG essa cultura da soja e arroz enriquece poucas pessoas. Esse cultivo de eucaliptos e acácias desorganizando nosso ecossistema.

PARTICIPANTE 5 – Está inserida no momento que a matemática seja desenvolvida de maneira contextualizada, mais próxima do cotidiano do aluno. Essas questões podem ser trabalhadas através de organização de trabalhos interdisciplinares.

PARTICIPANTE 7 - Na minha disciplina (matemática) procuro trabalhar através de dados numéricos, tabelas, gráficos e situações problemas.

PARTICIPANTE 8 – A educação física trabalha em ambientes abertos, daí a possibilidade de abordar o tema na prática: preservação dos espaços esportivos, lixo no lugar correto, higienização dos materiais e do espaço utilizado.

Fonte: A autora/2022.

Análise sobre o tema do primeiro encontro

Analisando as respostas das perguntas percebe-se uma postura clássica dos participantes em relação a EA, os quais consideram sua importância porém observam a temática ser pouco abordada no dia a dia na escola e em alguns casos com conteúdos engessados pelo sistema de cobranças quantitativas e não qualitativas.

Nota-se que alguns procuram trabalhar com a temática ambiental em seus componentes curriculares enquanto que outros não o fazem, colocando a responsabilidade apenas na disciplina de Ciências da Natureza.

Encontro 2 – Tempos de Pandemia: Tempos de Esperança, pensando ontem, hoje e amanhã

Neste encontro contamos com a participação do Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica, Universidade Federal do Pampa (PPGEdu) o qual explanou um pouco sobre a questão da pandemia e a escola, o “tempo” que estamos vivendo, tudo acontece no agora no qual a escola é um lugar de descaso, de cobrança, de diálogo, de esperança mostrando o lado positivo trazendo algumas falas do Mestre Paulo Freire.

“Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo.” (FREIRE, 1992, s.p.)

Nós professores de escola básica vivenciamos muitos medos neste momento, somos seres humanos abatidos por coisas que nos cercam, o Brasil nos últimos anos vem tendo um desmonte em muitos setores e principalmente a educação.

É preciso porém que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para ser mais como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa rebeldia e não para a nossa resignação em face das ofensas que nos destroem o ser (FREIRE, 1996, p. 93).

Em seguida, foi colocado o vídeo da música “Vai passar” do cantor Di Ferrero, para que os participantes refletissem sobre as angústias que todos nós: professores, alunos, pais enfim cidadãos que em nenhum momento imaginávamos estar em meio a uma guerra em que o adversário é invisível.

Logo após foram projetadas imagens do dia a dia do período anterior, atual e um possível pós-pandemia, para instigar os participantes a fazer uma análise do seu papel enquanto professor em uma sociedade desigual, injusta e em alguns momentos cruel em meio à pandemia.

Figura 13 – Imagens projetadas para análise do tema Pandemia



Fonte: A autora/2022.

Finalizando provoqueei o grupo a pensar sobre “Como me vejo professor (a) em meio à pandemia?”. Para embasamento foi enviado o artigo: “**A Cruel pedagogia do Vírus**” de Boaventura de Souza Santos.

Análise sobre o tema do segundo encontro

Com o tema Pandemia e Educação ficou evidente que o grupo entende a importância e necessidade de dialogarmos, mas como dizem os participantes 1, 6,3 e 5, sentem-se cansados e esgotados fisicamente e mentalmente. Aparecendo problemas de saúde que não tinham, como os causados pelo ensino remoto e pela necessidade de passar mais de 12 horas por dia na frente de um computador. Além obviamente da preocupação pela doença (COVID), e também com desenvolvimento mental dos alunos por passarem quase 2 anos fora da sala de aula.

Encontro 3 – Bioma Pampa, (Re)conhecer para valorizar: ameaças e oportunidade no Bioma Pampa

Iniciamos mais um encontro abordando alguns aspectos referentes a esse importante bioma, O Pampa, nosso convidado professor Dr. Rafael Cabral Cruz (Universidade Federal do Pampa) argumentou que o ritmo das transformações do Pampa foi acelerado em milhares de anos no primeiro ciclo para dezenas de anos no último. A paisagem atual é fruto da co-evolução entre bioma e a cultura do gaúcho surgindo a partir do segundo ciclo, sendo sua conservação dependente do manejo.

Logo após foi apresentado um vídeo disponibilizado pelo professor Rafael, com uma síntese da história ambiental do Pampa no RS, abordando as mudanças e perturbações causadas pela existência de quatro ciclos de transformações e estabilidade: a chegada do ser humano, a chegada do europeu, o advento da agricultura industrial e as mudanças climáticas induzidas pelas atividades humanas.

Figura 16 – Slides Formação do Bioma Pampa



Fonte: Acervo da pesquisadora/2021.

Em seguida foi realizada a análise e discussão do artigo: *“Uma pequena história ambiental do pampa: uma abordagem baseada na relação entre perturbações e mudança”*. Finalizando o encontro foi lançado duas questões no grupo de WhatsApp: Questão 1 - Qual a importância do aluno conhecer sobre o Bioma Pampa? Questão 2 - Como posso incorporar essa temática no dia a dia da minha ação docente?

Figura 17 – Questão 1 - Qual a importância de o aluno conhecer sobre o Bioma Pampa?

PARTICIPANTE 2– Para nós moradores do RS onde predomina o pampa gaúcho é relevante que os alunos comecem a entender sobre: o relevo, o clima, a vegetação, a flora e a fauna através do estudo da localidade onde estão inseridos. Reconhecer a biodiversidade, a nossa cultura e contribuição histórica através do pampa gaúcho .

PARTICIPANTE 3 – Trabalhar o Bioma pampa é de suma importância para o aluno aprender a amar, valorizar e cuidar do seu ambiente, (...) principalmente a vegetação nativa e estudar a flora do sul aliada a ações de Educação Ambiental pode orientar a construção de um novo raciocínio com relação ao valor da natureza. (...) evitando no futuro situações como de naturalização da caça ilegal.

PARTICIPANTE 5 – É de extremamente importante para o aluno entender que a biodiversidade de alimentos como caules, sementes e folhas já foram a alimentação da raça humana e muitos medicamentos de muitas pessoas quando aqui se instalaram. Que o progresso foi dando espaço a culturas como a arroz e soja principalmente, mas que ainda assim o pampa é fonte de vida e riquezas naturais que contribuem com o clima por exemplo. Através do conhecimento o aluno pode amar, valorizar e cuidar daquilo que é nosso, evitando o desequilíbrio.

Fonte: A autora/2022.

Figura 18 – Questão 2 - Como posso incorporar essa temática no dia a dia da minha ação docente?

PARTICIPANTES 3 - Posso incorporar essa temática utilizando jogos com gravuras de animais do Bioma Pampa, utilizando documentários, (...) análise de gráficos e tabelas para saber a sua extensão e porcentagem em relação ao território nacional, as perdas ocorridas como devastação e também temperatura média. palestras e ou entrevistas com pessoas que atuam como ONG Gean (Grupo Ecológico Amantes da Natureza).

PARTICIPANTE 4 – Como estou na vice direção e na orientação educacional, posso trabalhar essa temática no que se trata a respeito da valorização e preservação como ressaltar que é preciso conter as atividades de expansão agropecuária na região, ampliar as áreas de reserva e conservar o máximo o que ainda resta desse importante bioma, pois seus recursos e suas belezas naturais pode esgotar-se um dia.

PARTICIPANTE 2 - Felizmente esta temática faz parte direta do meu currículo pois no quarto ano trabalho todos os aspectos do Rio Grande do Sul. Reconhecemos tudo que faz parte do bioma do nosso estado e do nosso município.

Fonte: A autora/2022.

Análise sobre o tema do terceiro encontro

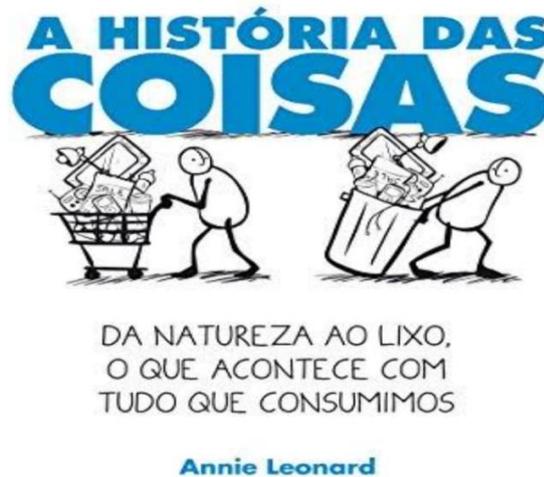
Analisando as falas dos participantes percebe-se que de forma unanime todos concordaram, para que possamos valorizar algo precisamos conhecer, desta forma é de suma importância para nós gaúchos conhecermos o nosso chão, nosso bioma Pampa, como nos diz o participante 2, é muito relevante que os alunos comecem a entender sobre: o relevo, o clima, a vegetação, a flora e a fauna através do estudo da localidade onde estão inseridos. Reconhecer a biodiversidade, a nossa cultura e contribuição histórica através do pampa gaúcho.

Encontro 4 – Políticas Públicas de Educação Ambiental – 13/10/2021

Iniciamos mais um encontro abordando a Educação Ambiental com a animação “A História das Coisas”, logo após, um documentário sobre “Políticas Públicas e a Educação Ambiental” mostrando que ela surge como uma das possíveis estratégias para o enfrentamento da crise civilizatória de dupla ordem, cultural e social. Sua perspectiva crítica e emancipatória que visa a deflagração de processos nos quais a busca individual e coletiva por mudanças culturais contemporâneas e sociais estão dialeticamente dissociadas. Contribuindo para o processo dialético estado – sociedade civil possibilitando através de políticas públicas a partir do diálogo. Deste

modo, a construção da EA como política pública, implementada pelo MEC e pelo MMA implica processos de intervenção direta, regulamentação que fortaleçam a articulação em todos os âmbitos formal e não formal da educação.

Figura 19 – Documentários utilizados no encontro



Fonte: Disponível em <<https://youtu.be/ZpkxCpxKill>>. Acesso em: 21 ago. 2021.



Fonte: Disponível em: <<https://youtu.be/JS9mLfe6Y9M>>. Acesso em: 10 set. 2021.

Logo em seguida, a pesquisadora instigou as colegas sobre o assunto trazendo o tema para análise e discussão, juntamente com o artigo disponibilizado via grupo de WhatsApp “Política pública e a Educação Ambiental: aspectos conceituais e ideológicos de participação, democracia e cidadania”.

Finalizando o encontro foi lançada duas questões no grupo de WhatsApp: Questão 1 – Quais as principais políticas públicas em Educação Ambiental que conheces? Questão 2 - No mês de novembro aconteceu a COP 26 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas) na Escócia, com a participação de 190

países entre eles o Brasil. Sendo este o momento de implementar políticas públicas de EA a nível mundial. Acreditas que a partir deste encontro o mundo verá as questões ambientais de forma mais consciente e consistente? Por quê?

Figura 20 – Questão 1 – Quais as principais políticas públicas em Educação Ambiental que conheces?

PARTICIPANTE 2 – As políticas públicas em Educação Ambiental são diretamente ligadas a questões energéticas, pois daqui a algum tempo o planeta não aguentará o consumo e a produção a base de combustíveis fósseis.

PARTICIPANTE 3 – Não conheço nenhuma política em relação a Educação Ambiental, os governos deixam de lado o meio ambiente.

PARTICIPANTE 5 - Barrar o desmatamento das nossas matas (Floresta Amazônica), utilização e implementação de programas os quais facilitem a população acesso a energias renováveis e o biocombustível.

PARTICIPANTE 4 – A principal política seria a mudança da matriz energética mundial, com a utilização de biocombustíveis e energias renováveis.

PARTICIPANTE 10 – Utilização de produtos sustentáveis, (...) destinação correta do lixo o qual pode se tornar fonte de renda.

Fonte: A autora/2022.

Figura 21 - Questão 2 - No mês de novembro aconteceu a COP 26 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas) na Escócia, com a participação de 190 países entre eles o Brasil. Sendo este o momento de implementar políticas públicas de EA a nível mundial. Acreditas que a partir deste encontro o mundo verá as questões ambientais de forma mais consciente e consistente? Por quê?

PARTICIPANTE 2 - Sim, precisamos entender que precisamos deixar um mundo melhor para nossos filhos e netos.

PARTICIPANTE 4 – Sou otimista por natureza, acredito sim que a partir da Conferências das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, as questões ambientais ganharão mais espaço na sociedade em geral, mídias, escolas enfim nas nossas casas. O homem precisa dar esse starts de mudança e com certeza esse encontro servirá para isso.

PARTICIPANTE 5 - Mesmo com o desfecho pouco satisfatório da COP 26, ela serviu para dar início, ou melhor, continuar chamando atenção que as mudanças climáticas estão atingindo o planeta todo e cada vez de forma mais incisiva e cruel.

Fonte: A autora/2022.

Análise sobre o tema do quarto encontro

De acordo com a opinião dos participantes em relação às políticas públicas em Educação Ambiental mais conhecida estão diretamente ligadas a questões energéticas, segundo a manifestação dos participantes 2 e 4, para barrar o desmatamento das nossas matas principalmente a Floresta Amazônica, seria importante a utilização e implementação de programas os quais facilitem a população acesso a energias renováveis e o biocombustível, já o participante 5 percebe que a utilização de produtos sustentáveis e a destinação correta do lixo o qual pode se tornar fonte de renda para famílias dos agentes de reciclagem .

Considerando a segunda pergunta em relação a COP 26 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), na Escócia, com a participação de 190 países entre eles o Brasil, os participantes opinaram de forma bem diversificada a respeito da mudança de comportamento mundial, se mostrando receosos, mesmo existindo acordos globais cada país age pensando de forma individual conforme seus benefícios e lucros, não conseguindo manter uma resultados evidente a curto prazo somente metas a longo prazo ou tempo indeterminado , isto para uma conferência com o porte da COP 26 preocupou e frustrou muito os organizadores como ONGs e ativistas que defendem ferrenhamente o Meio Ambiente .

Frente a todas as análises de dados, desde o diagnóstico, as entrevistas, a revisão bibliográfica, a observação do PPP e do Regimento, os encontros de intervenção foi possível construir uma categoria, que chamei de meta texto: A EA sob a percepção dos sujeitos da Escola Dr. Dionísio de Magalhães na sua prática docente através da análise e discussão dos dados.

5.2 A Educação Ambiental sob a percepção dos sujeitos da Escola Dr. Dionísio de Magalhães

Neste tópico retomarei as constatações dos colegas sobre os temas tratados neste trabalho, embasando com autores que reafirmam e endossam o pensamento também colocando minhas considerações como pesquisadoras.

5.2.1 Meio Ambiente e sustentabilidade

Os participantes consideram de grande importância à temática ambiental ser trabalhada na escola, desde os anos iniciais passando pelos finais e ensino médio, conforme a manifestação do participante 4 que nos diz, “A educação ambiental é um processo de conscientização que busca despertar a preocupação para questões sustentáveis, com o objetivo de sensibilizar e mudar os hábitos para práticas ambientalmente mais aconselhadas” (...), pois vivemos em um único planeta e que da forma com a qual o homem vem agindo é urgente essa mudança de paradigmas.

Observa-se que são necessários momentos de troca de experiências, estudo estabelecendo relações entre a teoria e a prática. O processo da apropriação de conceitos ocorre de maneira lenta, independente de ambiente escolar ou fora dele.

A questão ambiental é considerada aqui também como uma questão social, pois, para discutir problemas ambientais é necessário ter presente a sociedade, sua dinâmica, problemas, perspectivas e desafios. Defendemos que meio ambiente seja entendido como lugar onde os seres convivem na natureza. Não é um objeto alheio e descolado dos seres humanos que deveria ser totalmente preservado, mas sim utilizado considerando a possibilidade de seu esgotamento (ROCHA, 2011).

Percebe-se a necessidade de uma discussão a partir da concepção das práticas sociais e dos conhecimentos os quais os educadores têm sobre a temática, tendo em mente a importância da EA crítica e emancipatória, em que os estudantes não sejam somente ouvintes ou repetidores, mas que sejam incentivados a exercer a consciência analítica, através de práticas contextualizadas e interdisciplinares. A partir da sua prática diária na sua casa, escola, bairro possa agir de forma consciente fazendo parte de todos os ambientes em que vive.

A educação ambiental não é simplesmente limpar algo ou um lugar, não é somente atividades em momentos pontuais feiras, projetos e sim educar incentivar o indivíduo para que ele possa adquirir um hábito ou uma mudança de atitude através dessa educação ambiental. Nesse sentido, aprender sobre a relevância da redução dos danos ambientais é fundamental para o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes e responsáveis.

Quando falamos da inserção da EA nas disciplinas os participantes reforçaram a legitimidade e relevância da temática ambiental ser interdisciplinar,

porém existem algumas limitações na própria prática sendo ainda trabalhada de forma isolada nas disciplinas.

Conforme Leff (2012) a interdisciplinaridade é um instrumento inquestionável para que a EA ocorra de fato, não só no ambiente escolar como no dia a dia da comunidade, preconizando incorporá-la à prática de todas os componentes curriculares, dada a sua importância. Deste modo, o entendimento científico deve estar conectado à compreensão social da problemática ambiental.

A interdisciplinaridade proposta pelo saber ambiental implica a interação de processos naturais e sociais de diferentes ordens de materialidade e esferas de racionalidade. A especificidade destes processos depende tanto das condições epistemológicas que fundamentam sua apreensão cognitiva, como das condições políticas que levam a sua expressão na ordem do real (LEFF, 2012, p. 226).

Os jovens são qualificados e preparados pela educação para o exercício da cidadania, compreendendo seu papel na sociedade. Os professores atuam mediando, oportunizando através da práxis educativa que cada pessoa seja agente transformador. Por isso, é tão importante o acesso a educação ao conhecimento, para entender efetivamente as causas, as consequências que a problemática ambiental acarreta.

5.2.2 Tempos de Pandemia: reflexões sobre o ontem, o hoje e o amanhã

Em decorrência da Covid-19 a vida de todos nós mudou drasticamente após março de 2020, mês em que realmente foi percebida a sua gravidade fazendo com que as aulas presenciais na escola em estudo fossem suspensas, com a intenção de preservar a vida de todos. Foi necessário entendimento da situação de forma que surgissem alternativas para que o processo ensino aprendizagem não parasse totalmente.

Sendo assim, foi necessário adquirir novos hábitos como a acentuada higiene das mãos e objetos, uso de máscara e distanciamento social, os quais exigiram um grande esforço por parte de toda população. Além destes cuidados, o isolamento social foi e está sendo momento de novas aprendizagens, utilização de tecnologias, criação de novos vínculos consigo mesmo, com familiares com a natureza que nos cerca.

No entanto, por falta de políticas eficazes relacionadas ao combate à doença a população mais pobre sofreu e ainda sofre com o desemprego, falta de dinheiro aumentando o número de pessoas atendidas por programas do governo por não terem condições mínimas de sustento. Tornando o vínculo aluno escola ainda mais necessário visto toda essa desigualdade.

A mudança brusca de rotina que a pandemia causou na vida e no trabalho das pessoas trouxe impactos profundos tanto na saúde física como na saúde mental, observado na fala de todos os participantes que elencaram cansaço, esgotamento, desmotivação, sobrecarga de trabalho como seus principais sentimentos. Sendo tudo isso ligado a três pilares: tempo, espaço e condições, afirmação feita pela diretora da Fiocruz Brasília, Fabiana Damásio. Ao analisar o tempo, percebe-se uma ausência de limites entre trabalho e vida pessoal e o entrelaçamento do trabalho com as atividades domésticas, eclodindo com as questões das desigualdades sociais, acesso limitado–limitante e em que os espaços físicos foram transferidos para redes comunicacionais como mídias sociais, plataformas virtuais e tecnologias. (FIOCRUZ, 2020).

O terceiro pilar é a condição de trabalho remoto, o qual tem sido um grande desafio tanto para professores como para alunos e me arrisco a dizer comunidade geral, porque a educação teve que avançar em meses o que não avançou em 20 anos precisando buscar, aprender, criar, recriar e fazer história.

O avanço tecnológico na área educacional, proporcionando de uma maneira acelerada e autônoma o estudo sobre novos meios digitais que contemplasse o processo de ensino desenvolvido pelos professores. Através destes novos meios deve-se aproveitar e incluir diversas temáticas da Educação Ambiental.

Conseqüentemente, após alguns comentários e desabafo a respeito do tema – Pandemia e Educação ficou evidente que o grupo entende a importância e necessidade de dialogarmos mais, junto a escola, tendo como início a reflexão sobre as nossas próprias ações que envolvem a si mesmo, assim como o outro, para que juntos possamos passar firmes por toda essa tempestade chamada “Pandemia”.

A pandemia do novo Corona vírus deixou claro um Brasil dividido socialmente, culturalmente e economicamente, com vários dilemas e lacunas para serem sanadas no setor educacional, principalmente na educação pública (SILVA; SOUZA; MENEZES, 2020, p. 311).

A divisão social citada por Silva, Souza e Menezes (2020) é nossa realidade, podemos exemplificar com o ensino remoto emergencial, uma das estratégias adotadas pelos governos municipais, estaduais e federal, o qual escancarou as desigualdades devido a falta de estrutura, falta de conhecimento digital e acesso a internet ser algo que nem todos os cidadãos possuem afetou diretamente crianças, jovens e adultos neste momento pandêmico no processo de ensino aprendizagem Sendo assim, novos recursos e metodologias precisaram ser buscados e utilizados para poder contemplar a todos os envolvidos, pois educação é um direito de todos.

Boaventura Souza Santos, 2020, nos diz:

A claridade pandémica e as aparições em que ela se materializa. O que ela nos permite ver e o modo como foi interpretado e avaliado determinarão o futuro da civilização em que vivemos. Estas aparições, ao contrário de outras, são reais e vieram para ficar (SANTOS, 2020, p. 10).

A pandemia seria algo impensável há alguns anos atrás, hoje realidade muito complexa sobre o ponto de vista sanitário, econômico, social e político que abrange o mundo inteiro, os encontros também serviram como momentos de reflexão acerca do modo de vida a que vínhamos tendo, e nos encaminhando a analisarmos com maior clareza o que podemos fazer para contribuirmos para uma sociedade mais humana.

5.2.3 Bioma Pampa, (Re)conhecer para valorizar: ameaças e oportunidade no Bioma Pampa

Restrito ao nosso estado, o bioma Pampa, não era reconhecido oficialmente como bioma até 2004, quando entrou para o mapa dos Biomas brasileiros, uma parceria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Ministério do Meio Ambiente. Pastagens, campos de pecuária e agricultura são áreas comumente identificadas com o Bioma Pampa⁸.

Só valorizamos aquilo que conhecemos dessa forma precisamos cada vez mais incentivar nossos alunos a conhecer o bioma Pampa, o bioma brasileiro que tem seu reconhecimento e identificação mais recente.

⁸ Bioma Pampa tem área de 700mil Km², dividida em quatro países – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – guarda uma grande e rica diversidade, com flora e fauna próprias (3.000 espécies vegetais e mais de 100 mamíferos e quase 500 espécies de aves). Com um território brasileiro de 176,5mil Km², vem sofrendo uma supressão sistemática e histórica pela expansão agrícola.

Segundo Cruz e Guadagnin (2010), o Bioma Pampa no Rio Grande do Sul, passou durante os tempos por 4 ciclos de transformações ambientais resultantes da interação entre clima, os campos naturais e sua biota e o ser humano:

Tabela 3 – Ciclos de transformações ambientais do bioma Pampa

CICLO	AÇÃO	ESCALA TEMPORAL	RESPOSTA
CICLO 1	Entrada do ser humano	Milhares de anos	Adaptação da biota
CICLO 2	Chegada do europeu	Centenas de anos	Restauração e co-evolução – Criação do Pampa e do gaúcho
CICLO 3	Agricultura industrial	Dezenas de anos	Perda e fragmentação de habitats naturais e introdução de espécies exóticas. Substituição de ecossistemas nativos por agroecossistemas.
CICLO 4	Savanização do clima pela mudança climática	Dezenas de anos	Desaparecimento dos campos como são hoje conhecidos.

Fonte: Cruz e Guadagnin (2010).

Esse esforço de sintetizar ações ocorridas desde o início do planeta na região sul do estado ajuda a gerar novas perguntas, alimentando novas discussões, bem como facilita a transmissão do conhecimento para a população, contribuindo para um pertencimento e valorização do que é nosso.

Pode ser incorporada não só na disciplina de ciências mais em todas, de forma interdisciplinar, como os participantes 3 e 5 exemplificaram que se pode utilizar jogos com gravuras de animais do Bioma Pampa, utilizar documentários, análise de gráficos e tabelas para saber a sua extensão e porcentagem em relação ao território nacional, as perdas ocorridas como devastação e também temperatura média, palestras e ou entrevistas.

Desta forma conhecendo, valorizando devemos juntos sociedade, ONGs, Estado, etc. defendermos de forma mais aguerrida nosso chão, o Bioma Pampa tão importante para o ecossistema do planeta.

5.2.4 Políticas Públicas de Educação Ambiental

Para Leff (2012) e Morin, Ciurana e Motta (2003) e Morin (1995), citado por Rocha (2011), que parte do contexto de que a pequena nave espacial em que vivemos – Planeta Terra – perdida em meio a um universo indefinido passou a ser movida, a partir do século XV (modernidade) por quatro motores associados e, ao mesmo tempo, descontrolados: ciência, técnica, indústria e capitalismo. Deste modo, a chamada globalização é vista como a última fase de uma planetarização socioeconômica de um único modo de viver. Que no campo político, ideológico e econômico se materializou, após a II Guerra mundial, sob a égide norte-americana (ROCHA, 2011).

Desta forma, a questão ambiental surge do crescente processo de degradação generalizada dos recursos naturais, provocada pela intensificação do crescimento econômico e das mudanças tecnológicas no século XX (ROCHA, 2011; MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003)

Rocha (2011) nos traz ainda:

A questão ambiental transformou-se em uma emergência básica no desigual e embrionário processo em construção que denominamos “sociedade-mundo”. Esta sociedade inserida em um espaço finito (planeta) que, a partir da metade do século XX, parece ter ficado pequeno para comportar um sistema complexo de relações entre seres humanos, regidos quase que exclusivamente pela lógica de produção capitalista. Parece não haver dúvida de que a ocupação das áreas do planeta pela dinâmica industrial produtivista refletiu-se na degradação da camada de ozônio, extinção de espécies, efeito estufa, entre outras questões socioambientais contemporâneas (ROCHA, 2011, p. 68)

Dito isto, ainda temos novos produtos e tecnologias as quais provocam grandes transformações que atingem o planeta com um todo, destacando-se questões energéticas, telecomunicações, que provocam poluição e exaustão energética, especialmente as ligadas a combustíveis fósseis, causando panes mundialmente ou até mesmo apagões generalizados, evidenciando ainda mais o aquecimento global.

Com certeza essa dentre muitas outras políticas públicas são de extrema importância para termos um meio ambiente mais saudável, consciente e sustentável basta encarmos como atores principais do processo e não como coadjuvantes. (ROCHA, 2011) enfatiza:

Os teóricos que estudam a natureza e questões relacionadas como clima e poluição alertam que estamos chegando a um limite (ponto crucial) que exige reverter este processo ou precisamos aceitar o destino da humanidade de ter uma vida curta, ardente, extravagante e excitante; em vez de uma vida longa, uma existência vegetativa, como afirma Georgeus-Rogen que provocativamente questionava: talvez o destino do planeta, será mesmo das amebas, que não possuem nenhuma ambição espiritual (ROCHA, 2011, p. 272).

Desta forma, considera-se que não há prerrogativas de ações concretas de mudança da trajetória civilizatória em curto prazo, mesmo com todo investimento em congressos e conferências mundiais. Os chefes de estados buscam pelos interesses individuais e não na coletividade, debatendo muito, porém no momento de fechar acordos são de forma pouco incisivas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto começou com minha percepção de que documentos que regem a escola que atuo, o PPP e o Regimento, não contava de forma explícita e clara a temática ambiental, e em algumas passagens, as abordagens eram de uma concepção biologista e conservacionista, o que me instigou como educadora e percebendo agora meu papel de pesquisadora, a buscar subsídios para que na próxima reformulação a temática esteja presente de forma interdisciplinar, transversal e contextualizada em bases socioambientais e políticas.

Nesse cenário, a EA surge como um campo a ser implementado, tendo em vista a crescente degradação dos recursos naturais, que atinge todo planeta. Assim, como contribuição dos encontros (Rio +20, COP26 entre outros) vem promovendo questionamentos sobre a forma de ocupação e exploração que o homem tem destinado ao meio natural, e por consequência ao ambiente cultural e social que vivemos. Dessa forma, nasce a preocupação de dotar a EA de argumentos sólidos os quais possibilitem um maior e melhor entendimento das questões socioambientais, corroborando para o desenvolvimento do senso crítico e noção da sociedade-mundo.

Tal educação afirma valores e ações que contribuem para transformação humana e socioambiental. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário. Pois a mudança necessária depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta.

As causas primárias de problemas como o aquecimento global, o aumento da pobreza, a degradação humana e ambiental e da violência são vistos no modelo de civilização dominante, o qual se baseia em superprodução, super consumo para uns e em subconsumo e falta de condições para produzir por parte da maioria mais pobre.

É fundamental que as comunidades planejem e programem suas próprias alternativas às políticas vigentes. Com base num pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, modo formal e não formal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

Destaco que a pandemia, a qual estamos vivendo, alterou a vida de centenas de milhares de famílias e a educação foi atingida diretamente pelo isolamento social, desde escolas públicas e privadas, nos processos de ensino aprendizagem, bem como na docência. Com a crise sanitária instaurada, a desigualdade social tornou-se mais latente, evidenciando ainda mais o abismo social, cultural e econômico.

O caminho percorrido durante os encontros foi de muito aprendizado, muitas trocas, alguns momentos um pouco frustrantes, pois as intervenções tinham sido planejadas para serem realizadas presencialmente com alunos, professores e comunidade escolar, o qual foi necessária uma mudança de planos e foco. Assim foi necessário reorganizar e aplicar de forma virtual, um método emergencial adotado para que as famílias mantivessem o vínculo com a escola e a educação não parasse.

Verificou-se uma necessidade de trabalhar ainda mais questões ambientais, para um maior fortalecimento da escola na comunidade, pois existem muitos problemas os quais as reflexões trouxeram a tona e precisam ter ações concretas. A proposta firma-se no sentido de análise da percepção e entendimento de como os professores e gestores viam a EA na escola, a qual permitiu troca de experiências em relação aos temas abordados, evidenciando a importância de cada um no processo, o que para Penteado (2010) aprende-se a participar, participando.

Percebi que a proposta permitiu, de certa forma, mesmo que realizada sob formato de roda de conversa virtual, um amadurecimento da compreensão sobre a problemática ambiental, que não pode mais ser encarada como uma questão meramente ecológica.

Porém, a proposta de construir um material concreto, foi reavaliada coletivamente, optando por montar um material para a reformulação do PPP e regimento escolar, para que na próxima construção do PPP seja inserida a temática da EA a partir desta construção coletiva.

Para Freire (1996), a escola é a instituição que não transforma a sociedade, mas ajuda a formar sujeitos capazes de fazer essa transformação da sociedade, do mundo e de si mesmos. Por isto a educação ambiental deve estar inserida na prática coletiva da escola devendo ser um processo contínuo de aprendizagem permanente para o exercício da cidadania, encarada aqui como uma responsabilidade social, ambiental e política, assim no contexto deste trabalho, acredito que possibilitou-se a todos nós uma reflexão sobre temáticas relacionadas a EA, na busca por uma sociedade mais sustentável é preciso protagonizar a comunidade das escolas.

Por fim saliento que O Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa é uma oportunidade de qualificar as práticas dos educadores. Os alunos mestrandos da turma de 2019, de realidades e localidades tão distantes, atuantes em diferentes áreas da educação, tiveram o privilégio mesmo que em apenas um semestre de forma presencial, da troca de ideias, socializando práticas e buscando na teoria novos caminhos para a melhoria da qualidade da educação básica. Uma experiência para mim enriquecedora.

7 REFERÊNCIAS

AGENDA 21. (2012). **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento**. <<https://www.org.br.rio20/2012/01/agenda21pdf>>

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sobre o fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARROIO GRANDE. **Lei Municipal n.º 2.395/2008**. Código do Meio Ambiente. 2008.

_____. **Prefeitura Municipal de Arroio Grande** (2020). Disponível em: <<https://www.arroiogrande.rs.gov.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Tradutores: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora Ltda, 1994.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. MEC/INEP. **Censo do Professor**, 1999.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

_____. **Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1981.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

_____. **Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1999.

_____. PNE, **Política Nacional de Educação**. Disponível em <<http://www.portal.mec.gov.br/arquivospdf/pne.pdf>> Acessado em 21/09/2021.

_____. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 jun. 2012. Disponível em: <<http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/89/pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho das mulheres no Brasil: Continuidades no período de 1985-1995**. Textos FCC, n.17. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/DPE, 1998.

CARTA DA TERRA (2000). **Gestão Ambiental - Carta da Terra** (CEASA). Disponível em: <<http://www.ceasa.pr.gov.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CASTRO, R. S. de; SPAZZIANI, M. de L.; SANTOS, E. P. dos. Universidade, meio ambiente e parâmetros curriculares nacionais. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 157-178.

CRUZ, R. C., GUADAGNIN, D. L. Uma pequena história ambiental do Pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. In: **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: Práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas**. ed.Santa Maria, RS: UFSM, PPG Geografia e Geociências, Dep. de Geociências, 2010, p. 155-179.

DAMIANI, M. F. Sobre pesquisas do tipo intervenção. In: XVI ENDIPE – **Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino** - UNICAMP – Campinas: Unicamp, 2012.

E.M.E.F. DR. DIONÍSIO DE MAGALHÃES. Plano Global. Arroio Grande, 2017;

E.M.E.F. DR. DIONÍSIO DE MAGALHÃES. **Plano Global**. Arroio Grande, 2017;

_____. **Projeto Político Pedagógico**. Arroio Grande, 2014;

_____. **Regimento Escolar**. Arroio Grande, 2017

EMATER-RS. **Leitura da Paisagem no Município de Arroio Grande**. Arroio Grande, RS, 1997.

FIOCRUZ. **Depressão, ansiedade e estresse aumentam durante a pandemia**. 2020. Disponível em: <<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/depressao-ansiedade-e-estresse-aumentam-durante-a-pandemia/#:~:text=A%20mudan%C3%A7a%20brusca%20de%20rotina,publicado%20pela%20revista%20The%20Lancet>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

FONTANA, Roseli, C. A. **Como nos tornamos professores?** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. [São Paulo]: Unesp, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. 11 reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. São Paulo: Papirus, 2004.

HERMANN, N. A Aprendizagem da Dor. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362020000400201&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2021.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1989.

LOGAREZZI, A. J. M. Educação ambiental crítico-dialógica em comunidades de aprendizagem. In: MATHEUS, C. E.; MORAES, A. J. (Orgs.). **Educação ambiental: momentos de reflexão**. São Carlos: Rima Editora, 2012.

LOUREIRO, C.F.B. (Org.) **Cidadania e meio ambiente**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais da Bahia, 2003.

_____. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a07v27n94.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LOUREIRO, C.F.B. FRANCO, J. B. Aspectos teóricos e metodológicos do Círculo de Cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em Educação Ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. (Orgs.). **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014. p. 155-180.

LÜDKE, M.; ANDRÉ M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, K. **O capital**. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.

MEDINA, N.M. Breve histórico da Educação Ambiental. In: PAÁDUA, S. M.; TABANEZ, M.F. (Orgs.). **Educação Ambiental: Caminhos trilhados no Brasil**. Brasília, DF: IPE, 1997.p. 257-269

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez/ UNOESCO, 2000.

MORIN, Edgar; CIURANA, E. R. MOTTA, R. D. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e a incerteza humana**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

NEPOMUCENO, A. L. O.; ARAUJO, M. I. O. Política pública e educação ambiental: aspectos conceituais e ideológicos de participação, democracia e cidadania em Sergipe. **RBPAE**, v. 35, n. 3, p. 941 - 960, set./dez. 2019.

PÁDUA, S. M.; TABANEZ, M. F. Participação comunitária: elemento chave na proteção de unidades de conservação. **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexos e experiências**. São Paulo: SMA/CEAM, 1998.

PENTEADO, H. D. **Meio Ambiente e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2010.

REIGOTA, M. **Educação Ambiental: a emergência de um campo científico**. Perspectiva, Florianópolis, SC, Brasil, 2012.

_____. **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo: Questões da Nossa Época, n. 41, Cortez, 1996.

_____. **O que é Educação Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. (Primeiros Passos)

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 15.434 de 09 de janeiro de 2020**. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=388665> Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul>. Acesso em: 30 abr. 2021.

_____. **Lei nº. 11.730, de 09 de janeiro de 2002**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a política Estadual de Educação ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental, e complementa a lei Federal nº 9.795, de 27 de Abril de 1999, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

ROCHA, J.M. **Sustentabilidade em questão**. Economia. Sociedade e Meio Ambiente. Jundiaí-SP: Paco editorial, 2011.

SADALLA, Ana Maria F. A. Autoscopia: um procedimento de pesquisa e de formação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p.419-433, set./dez. 2004.

SANTOS, B. S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1980.

SILVA, Ana C. O; SOUSA, Shirliane A; MENEZES, Jones B. F. O ensino remoto na percepção discente: desafios e benefícios. **Dialogia**, São Paulo, n. 36, p. 298-315, set/dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/18383>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

SOARES, J. B. G. *et al.* **Ecosistêmica do Mato Grande**: Perspectivas de Implantação da Reserva Biológica do Mato Grande – Arroio Grande, Sul do Brasil. Arroio Grande, RS. 2005. Disponível em:

<<http://florestaspampeanas.blogspot.com/2014/03/analiseecossistemica-do-mato-grande.html>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; JUNIOR, L. A. F. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

SOUZA, E. D.; VELHO, E. A.; NOVAES, L. E. S. M. A Biogeografia de Arroio Grande-RS. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (CIC), 16. **Anais...** UFPEL, 2007.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. R. (Orgs.). **Educação na diversidade**: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental? Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, MEC; UNESCO, 2006.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

VASCONCELLOS, H. S. R. de. A pesquisa-ação em projetos de Educação Ambiental. In: PEDRINI, A. de G. (Org.). **Educação Ambiental**: Reflexões e práticas contemporâneas, 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Educação Ambiental). p. 255-281.

WARSCHAUER, C. **A roda e o registro**: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento. Paz e Terra, 1993.

8 ANEXOS

8.1 Anexo 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido (escola)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Solicito à Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Dionísio de Magalhães, localizada na cidade de Arroio Grande- RS , a autorização para a realização da intervenção e utilização das imagens (fotos e vídeo) do prédio da referida instituição Escolar, na pesquisa intitulada “A EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOB A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DR. DIONÍSIO DE MAGALHÃES/ ARROIO GRANDE – RS” sob responsabilidade da professora Raquel Gioza Camisa e com orientação do professor Dr. Jefferson Marçal da Rocha, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Comprometo-me a seguir as normas e rotinas da escola, zelar pelo sigilo ético dos depoentes e dados obtidos da pesquisa. Haverá o compromisso de divulgação dos dados apenas em reuniões e publicações científicas com sigilo e resguardo ético da Instituição.

Informo que a pesquisa será realizada com a equipe diretiva, professores e comunidade escolar da EEEF Dr. Dionísio de Magalhães.

Arroio Grande, 20 outubro de 2020.

8.2 Anexo 2 – Roteiro para entrevista



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS JAGUARÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL**

Mestranda: Raquel Gioza Camisa
Orientador: Jefferson Marçal da Rocha

Questionário aplicado a Comunidade Escolar da EEEF Dr. Dionísio de Magalhães - via google formulário

Prezado (a) Professor (a) você está convidado (a) a participar de um questionário diagnóstico do Projeto de Pesquisada mestranda do PPGEdu – Unipampa Jaguarão, Raquel Gioza Camisa, que tem como tema Educação Ambiental na escola Dr. Dionísio de Magalhães.

Este questionário será muito importante para embasar o diagnóstico do meu projeto de pesquisa e intervenção, tem caráter confidencial e será utilizado para fins científicos, não vai levar muito tempo.

Agradeço desde já a contribuição.

Parte I - Perfil do entrevistado

Idade:

Sexo: () Masculino () Feminino

Formação:

Disciplina que leciona:

Turmas que atua:

Quanto tempo no magistério:

() 1 a 5 anos () 6 a 10 anos () 11 a 15 anos
() mais de 16 anos () mais de 20 anos

Parte II - Diagnóstico

1) Você já participou de alguma atividade ou curso de capacitação que abordou Educação Ambiental:

Sim Não

2) Na escola que atua há ou já houveram projetos de Educação Ambiental:

Sim Não

3) Se sim, quais os temas socioambientais abordados:

4) Você aborda temas socioambientais na sua disciplina ou área?

Sempre Às vezes Raramente

5) Numere de 1 a 5 os temas já apareceram por ordem de frequência nas suas aulas: (nº 1 para mais frequente, nº 5 para menos frequente).

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Pobreza | <input type="checkbox"/> Reserva Biológica do Mato Grande |
| <input type="checkbox"/> Monocultura | <input type="checkbox"/> Reciclagem |
| <input type="checkbox"/> Agroecologia | <input type="checkbox"/> Resíduos |
| <input type="checkbox"/> Protocolo de Kyoto | <input type="checkbox"/> Amazônia |
| <input type="checkbox"/> Biodiversidade | <input type="checkbox"/> Nosso arroio |
| <input type="checkbox"/> Saneamento básico | <input type="checkbox"/> Saúde / Doenças |